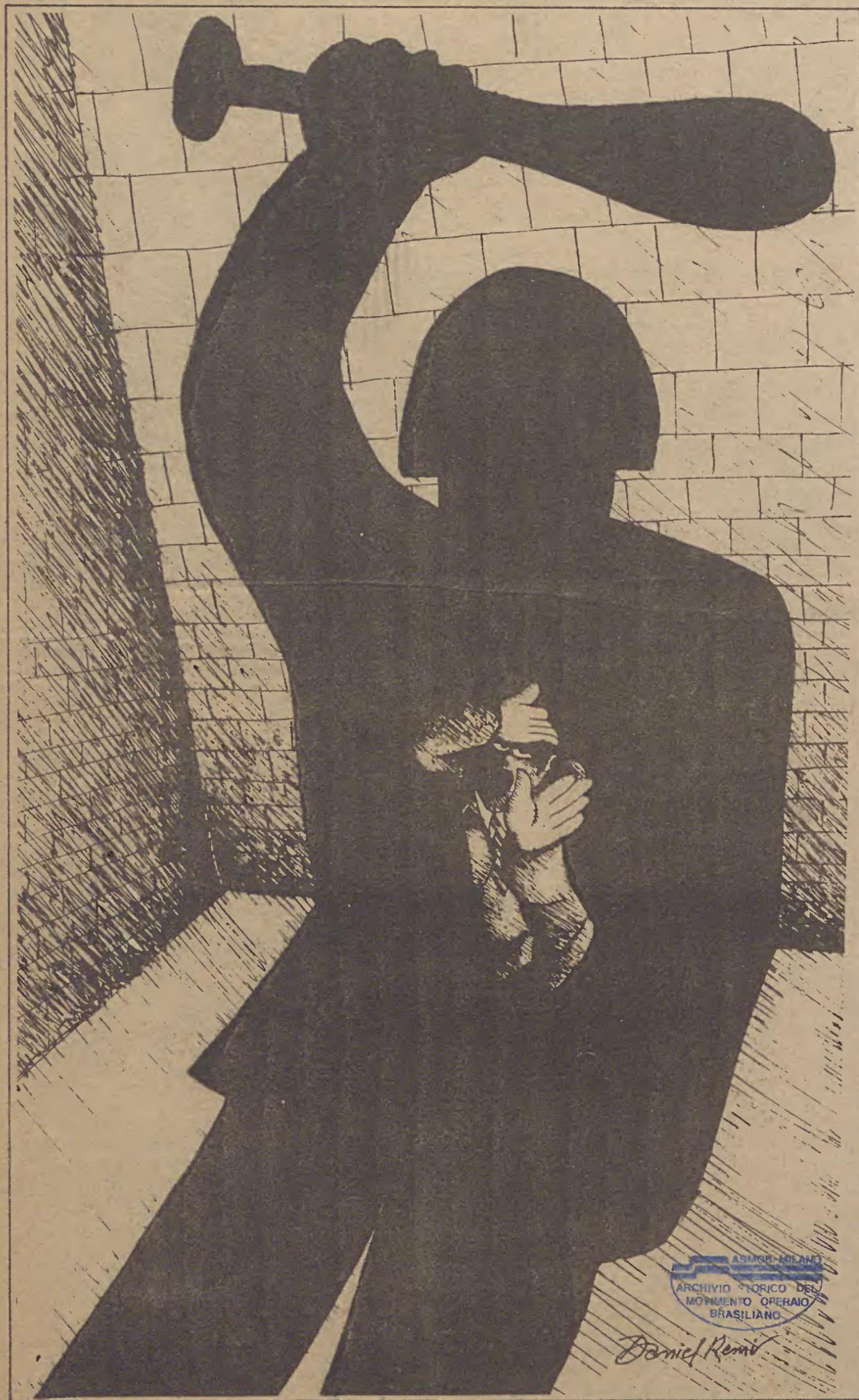


REPORTER

Rio de Janeiro, dezembro de 1977 - Número 1 - Cr\$ 7,00

Autônomo Independente



ASMOB - BRASIL
 ARQUIVO HISTÓRICO DO
 MOVIMENTO OPERÁRIO
 BRASILEIRO

ERASMO



“Derrubar o regime eu não aceito, não aceito, não aceito.”

E mais:

assassinato, sequestro,
 bomba, tortura,
 polícia, justiça,
 conspiração, censura...

D. HIPÓLITO



“Nosso grito incomoda. Temos de usar a palavra.”

VIOLENCIA

As ameaças verdadeiras à segurança são a miséria do povo, a falta de saúde, a ignorância, o conformismo, a falta de liberdade. O poder autoritário, alienado do povo, se torna portanto paranoide, discriminatório, violento. Passa a servir à injustiça, não ao povo. Um regime próximo do povo não precisa oprimí-lo nem reprimí-lo. Um regime próximo do povo não teme o povo. Um regime próximo do povo não precisa temer a subversão. O povo não vai subverter uma situação que o favorece. Não me parece existir por acaso o recrudescimento da violência em nosso país, em todos os níveis sociais. A delinquência campeia. A droga. A busca egoística dos paraísos artificiais. Um dos motivos de tudo isso bem pode ser o fato de que, ao povo, lhe foram roubadas as ruas, as praças públicas, onde os grandes problemas deveriam ser debatidos.

Helio Penzance

Muitos anos de medo

Repórter - O que você acha da atual situação política brasileira? Você crê que vá haver mesmo uma diminuição da repressão?

Hélio - Usando o conceito de relatividade, que anda na moda, devo confessar-me relativa e modestamente otimista. O fechamento autoritário chegou a um ponto que a nação brasileira sentiu-lhe os perigos. O próprio Governo sentiu-lhe os perigos. É preciso abrir ou a nação sufoca a o modelo neocapitalista vigente corre riscos graves. O mérito do do governo Geisel consiste em ter conseguido manter, apesar do isolamento a que se condenou, um mínimo de sensibilidade para perceber que uma nação não é uma casta, ou uma corporação, ou uma classe, mas todo o povo. É preciso dar um mínimo de lugar à voz do povo, aos interesses das massas. A partir desse mínimo, na medida que a massa compareça ao cenário político, então será possível ampliar, reformular, progredir para a democracia. Ninguém pode governar o Brasil do alto de exclusivas tantas privilégiantes, que isolam e minorizam o povo. O povo brasileiro constrói, com o seu trabalho, o crescimento nacional. Este povo, se consegue fazer isto com suas mãos, não é infante, nem menor de idade. Não é beletismo que testemunha a fundamental maturidade de um povo. É o trabalho. E o Brasil tem crescido e se modernizado, o que significa que o povo tem o direito de influir decisivamente na construção dessa obra que é sua.

Repórter - Uma das críticas que se faz hoje à Psiquiatria é de que ela é mais um instrumento de repressão social atuando sobre os desvios do comportamento do que uma maneira efetiva de ajudar o doente. O que você acha disso?

Hélio - Todo saber produzido num sistema social e político tem seu recorte ditado pela estrutura desse sistema. A psiquiatria, obviamente, não escapa a esta regra. O psiquiatra recebe do sistema a tarefa gravíssima de determinar o que seja a normalidade psíquica, quais são os parâmetros que a configuram, o que é aceitável ou não do ponto de vista conceito de saúde ou doença mental. Normalidade psíquica, nessa linha de pensamento, é toda conduta que se coaduna com os interesses dominantes de um determinado sistema. Num sistema autoritário, por exemplo, a docilidade, a subserviência, a obediência cega, a falta de senso crítico são considerados traços normais, ao passo que a rebeldia, a indepen-

Entrevista a Elias Fajardo da Fonseca



dência, a originalidade, o destemor, a coragem de desafiar a autoridade podem vir a ser avaliados como sintomas de perturbação emocional ou mental. Isto ocorre em diferentes planos: no plano familiar, educacional, profissional, existencial e político. Veja-se por exemplo, o que se passa na União Soviética: lá pratica-se o internamento de dissidentes políticos em estabelecimentos psiquiátricos. O Estado, em nome de seus interesses políticos, decreta o que seja a normalidade psíquica e os psiquiatras, a serviço do Estado, adotam esse critério. Entre nós, os dissidentes - ou subversivos - não sofrem este tipo de internamento. Costumam ser internados noutro tipo de estabelecimento.

É preciso que o psiquiatra, pela função social que lhe é atribuída possa fazer uma crítica severa e permanente de suas próprias premissas ideológicas e da ideologia dominante, para que o seu trabalho venha a servir realmente, à saúde e a criatividade de quem o procura.

Repórter - Até que ponto o campo de atuação de um psiquiatra-psicanalista no Brasil está livre da repressão?

Hélio - A psicanálise clínica, em nosso país, não está sujeita a qualquer restrição. Pode-se analisar, em consultório, neuroses, psicoses, perversões, distúrbios de caráter, inibições, sintomas e angústias, tudo na santa paz de Deus. Mas se se resolve desenvolver todas as consequências revolucionárias contidas no pensamento psicanalítico, aí é provável que as coisas mudem.

A ciência psicanalítica constitui o mais poderoso instrumento de desmistificação que o homem contemporâneo possui.

Através dela, é possível compreender até que ponto o exercício autoritário do poder é capaz de lesar os direitos que o ser humano tem ao prazer, à felicidade e à liberdade. A psicanálise do fascismo (vide Reich) leva a uma implacável descultuação da verdade. Não sei se um movimento da psicanálise neste sentido seria tolerado nas condições vigentes de temperatura e (re)pressão.



REPÓRTERES/EDITORES - João Sant'Anna, Luiz Augusto Gollo, Luiz Alberto Bettencourt, Paulo Adário, Chico Júnior, Toninho Martins Vaz, Elias Fajardo da Fonseca, Lúcia Murat, Miguel Ribeiro Furtado, Eduardo Homem, Ricardo Noblat, Flávio Deckes, José Trajano, Márcia Capella, Pedro Motta, Sérgio Sbragia, Cléber Cruz, Daniel Remy, Ivan Mauricio, Elvira Vigna, Tim Lopes, Renée Castelo Branco, Bernardo Pellegrini, Chico Vianna, Mário Augusto Jacobskind, César Arruda Castanho.

ARTE - Ruth Freihof.

Os textos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal, sendo da responsabilidade dos autores.

REPÓRTER - Autônomo Independente. Uma publicação da Margem Editoria e Programação Gráfica Limitada. Rua Miguel Couto, 134, 1.101/1.104.

Distribuidores exclusivos para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. - Rua Teodoro da Silva, 907, fone: 268-9112 - Rio de Janeiro. Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Limitada. Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo, fone 282-2523.



ASSASSINATO



José foi morto. A família ganhou uma casa

Texto de Ricardo Noblat

Um pesado clima de medo soterira Juazeiro do Norte, a 580 quilômetros de Fortaleza, encravada no Cariri cearense. Sem cadeia pública desde 1974, sem promotores titulares e com apenas um juiz acumulando três varas criminais, a cidade fundada pelo padre Cícero Romão Batista assiste, de janeiro passado para cá, a uma média de 15 assassinatos mensais. O mais trágico deles ocorreu em novembro passado, quando um coronel da Polícia Militar cearense e dois soldados torturaram e mataram com dois tiros José Teófilo da Silva. José, 42 anos, pai de cinco filhos, 1.400 cruzeiros de ordenado era vigia da usina de algodão José Bezerra, de propriedade de três irmãos: o governador do Ceará, Adauto Bezerra, o deputado federal, Humberto e o deputado estadual Orlando Bezerra.

Na raiz da situação de insegurança em que vivem os 120 mil habitantes de Juazeiro está, justamente, o notável poderio político e econômico da família Bezerra. Nas eleições de 1974, por exemplo, somente com votos do Cariri, os Bezerra "fizeram" cinco deputados estaduais e dois federais. Na mesma região elegeram nas eleições municipais do ano passado, cerca de 13 prefeitos - ora aliando-se com remanescentes do ex-PSD, ora com núcleos da ex-UDN, ora com as duas facções ao mesmo tempo. Em Juazeiro, os Bezerra possuem quatro usinas de beneficiamento de algodão, um lote de fazendas, uma sortida de imóveis localizados nos pontos mais valorizados da cidade, a sede de um banco e uma das duas emissoras de rádio. Um formidável culto à personalidade faz com que

Adauto seja nome de colégio, de grupo escolar, de mercado público e de um edifício; Humberto empreste seu nome a uma praça e a uma avenida; Orlando seja nome de prédio, do edifício da estação rodoviária e apareça gravado em todas as chaves dos apartamentos do Hotel Municipal; Leandro, outro irmão de Adauto, encime a fachada de um grupo escolar; Amélia e Júlio velhos chefes do ceã, estejam imortalizados no frontispício de duas escolas; e, por falta de nomes de parentes mais ilustres, a data de nascimento de Adauto e Humberto, 3 de junho, tenha sido dada a uma escola primária. Além disso, Ivan Bezerra - administrador da usina José Bezerra - preside a Associação dos Profissionais Liberais de Juazeiro; Alacoque, outra irmã, é a diretora regional de educação e Leandro preside, ao mesmo tempo, os sindicatos dos fotógrafos, carroceiros e motoristas - ele, que é um industrial.

Contra tamanho poderio quem haveria de se levantar? Os juizes Reguenoberto Duarte e Miguel Alencar Furtado bem que tentaram, não cedendo a pressões da família. Em vão. Duarte foi transferido e Furtado posto em disponibilidade. Por isso, foi com muito espanto, acostumados que estão a não serem contestados, que os Bezerra encontraram em outubro passado, no escritório da usina José Bezerra, o primeiro de uma série de quatro bilhetes anônimos pedindo dois mil cruzeiros sob a ameaça do parque industrial ser incendiado. Quando surgiu o terceiro bilhete e como seus garranchos parecessem vagamente com os do vigia José Teófilo

da Silva, este foi preso, no dia 28 de outubro. Solto no dia seguinte à noite, porque na manhã daquele dia surgira um quarto bilhete que o inocentava, Teófilo contou à sua mulher e aos seus filhos que ouvira severas ameaças de tortura se não confessasse ser o autor da chantagem. Iraídes, grávida de três meses, comentou que enquanto ele estivera preso, procurara Humberto Bezerra e dele ouvira: "Vamos apertar seu marido até descobrir tudo".

No dia 1º de novembro, novamente Teófilo foi preso - dessa vez por ordens do coronel Antônio Onofre Pinheiro Filho (assessor de confiança do governador Adauto Bezerra), enviado de Fortaleza a Juazeiro para dirigir as investigações. No dia 3, por volta das 23 horas, algemado, num corcel dirigido pelo sargento reformado José Gomes, o vigia saiu do quartel da PM em Juazeiro escoltado pelo coronel e pelos soldados Oliveirinha e Paraíba - este, notório pistoleiro. Supostamente a caminho de Fortaleza, entre os municípios de Farias Brito e Várzea Alegre, José foi morto com dois tiros. A Polícia informou, em nota oficial, que ele se revoltara, tomara o revólver de um dos soldados e por isso fora morto. Na verdade - e isso foi confidenciado a amigos pelo sargento José Gomes -, num trecho deserto da estrada, a pretexto de que um pneu do carro teria baixado, todos desceram e o coronel Onofre deu a ordem: "Baixem o pau". Oliveirinha e Paraíba espancaram o vigia até deixá-lo prostrado no chão. E como se excederam na surra e não poderiam apresentá-lo daquela foram em parte alguma, decidiram matá-lo. Oliveirinha deu

o tiro que perturou o peito do vigia e Paraíba, o que lhe penetrou a cabeça.

Levado o corpo para a cidade de Iguatu, lá ele foi metido num luxuoso caixão que custou 7 mil cruzeiros - pagos pelo escritório de representação dos negócios dos Bezerra. O coronel Onofre ainda consultou, por telefone, Ivan Bezerra para saber se enterrava o vigia por lá mesmo, mas recebeu a ordem de devolvê-lo à família em Juazeiro. O corpo ainda apresentava nitidamente todas as marcas da tortura: cabeça e braços enegrecidos das pancadas, mão esquerda retalhada a faca, cortes de peixeira em cima do peito. Os órgãos genitais estavam tão inchados que a cueca não pode ser abotuada. Várias pessoas testemunharam o estado deplorável do corpo, e pelo menos 12 fotos coloridas foram batidas. Três delas estavam, na semana passada, com a Polícia Federal, acionada para investigar o crime depois que o filho do vigia denunciou-o em carta ao Presidente Geisel.

Os Bezerra deram uma casa de 40 mil cruzeiros de presente à família do vigia. Como, depois, a família reclamasse ser a casa pequena, nos primeiros dias deste mês Ivan Bezerra autorizou-a a procurar uma outra que custasse até 80 mil. Enquanto isso, o juiz Miguel Alencar Furtado reúne documentos para impetrar um mandato de segurança contra a decisão do Tribunal de Justiça do Ceará que o colocou em disponibilidade. Furtado tentará provar que essa foi uma decisão política e que o tribunal cedeu às pressões dos Bezerra. Para isso, tem testemunhos de duas conversas entre o presidente do tribunal e o governador Adauto Bezerra, que pedia sua transferência de Juazeiro. Possui, também, cartas de Adauto intercedendo por criminosos e uma onde ele, ainda deputado em 1972, lhe afirmava: "Miguel, você precisa chegar a desembargador".

SEQUESTRO

LEGBI
POR FAVOR VE SE QD
PARA A CLIPS TRAZER
ESSA ANARQUISTA
UM BECICA

O bispo é comunista?

Dom Adriano Hipólito, o Bispo de Nova Iguaçu, responsável por uma diocese de dois milhões de fiéis, foi sequestrado há um ano e dois meses por uma organização de direita, acusado de "comunista". Foi xingado, surrado, humilhado. Na polícia, foi interrogado como um réu. Seu inquérito está arquivado por falta de provas. Dom Hipólito até hoje sorri constrangido ao lembrar a violência de que foi vítima.

REPÓRTER - O senhor disse que a versão do Delegado era de que os sequestradores eram um grupo de esquerda disfarçado em direita. Mas também tem muita gente que acha que é um grupo de direita que conta com o respaldo ou, no mínimo, com a benevolência do Estado. O que acha disso?

DOM HIPÓLITO - Os sequestradores disseram: Nós somos da Ação (ou Aliança) Anti-Comunista Brasileira. Para mim fica claro, se eles quisessem pegar um comunista não podiam ser comunistas. Comunista não sequestra comunista. Também não acho que seja coisa pessoal contra mim. Eles queriam atingir a CNBB, do contrário não teriam explodido meu carro em frente à CNBB. E o que complicava mais a coisa era a bomba logo depois na casa do Roberto Marinho. O mesmo grupo que levou meu carro assumiu a responsabilidade da bomba.

O General Reynaldo me perguntou se eu concordaria em que o Exército fizesse um inquérito paralelo ao Dops, e que seria secreto. De setembro a janeiro, o inquérito correu secreto, até que Veja furou e publicou.

Na Sexta-feira seguinte, fomos fazer a reconstrução. Um detetive do Exército, que veio de Brasília, um ou dois oficiais, eu e o meu sobrinho. Fomos pela Dutra, entramos no Café Pimpinela, pegamos Mesquita, Nilópolis, Avenida Brasil. Meu sobrinho, que não tinha sido encapuçado, reconheceu a Vila Militar. Agora, quando eu penso nisso, fico refletindo: Porque me levaram em direção à Vila Militar? Que negócio é esse? Nós devemos ter passado na Vila Militar um pouco antes das 9 horas. Depois das nove tudo lá é e fiscalizado. Como é que os sequestradores se aventuram por lá duas vezes, sem saber o que podia acontecer no caminho?

Na época do inquérito do Exército, foi distribuída uma carta em nome da Ação Anti-Comunista Brasileira. Nesta carta, (com centenas de exemplares), me chamavam de corrupto, subversivo, imoral, diziam que eu tinha oferecido 500 mil cruzeiros para eles me pouparem a vida. Não me passou pela cabeça um só segundo pedir misericórdia a essa gente. Eu estava disposto a morrer tranquilamente e feliz. Por amor ao Evangelho. Eu estava acima disso. A gente sempre sabe o que está fazendo e isso exige um preço alto. Esse preço eu aceito, mesmo que seja a morte.

Noutro ponto da carta, dizia-se que a CNBB é infestada de comunistas, que Roberto Marinho é protetor de comunista, que a TV Globo é um ninho de comunista e que o Governo Geisel é corrupto, covarde e protetor de comunistas. "Agora tomamos a frente da defesa da Revolução", diziam eles, "e não daremos mais lições como a que demos neste bispo corrupto, comunista. Daí para frente executaremos os inimigos da Pátria".

REPÓRTER - Em que pé está esta investigação?

DEPOIMENTO

- No dia 22 de outubro de 1976, eu saí da Cúria Diocesana às 7 e 15 mais ou menos com meu sobrinho e a noiva dele e ia para casa no meu Volkswagen. Os sequestradores tentaram cortar nosso carro duas vezes e falharam. Diante da casa da moça, fizeram a terceira tentativa: Eram três carros. Me tiraram do meu carro, me botaram num corcel ou Chevette me encapuçaram e me algemaram. Procurei dialogar, mas não aceitaram diálogo nenhum, só diziam palavrões. Diziam: "filho desta", esse negócio vai nos render quatro milhões. Eu estava no banco de trás e havia dois elementos no banco da frente. Antes de me encapuçarem, vi a cara dos dois durante uns trinta segundos. Mais tarde, fiz o retrato falado dos dois para o Exército e para o Dops.

Seguimos por uma rua que me parecia ser a Via Dutra e depois por uma rua de paralelepípedos. Depois eu me perdi. Eles pararam uma duas vezes durante 45 minutos de viagem. Me esvaziaram os bolsos, me deram umas pancadas. Diziam que era para eu me comportar direito e continuavam dizendo palavrões. O do volante parecia ter um nível mais elevado que o outro elemento da direita, que me batia, me dava pancadas na cabeça, no corpo. Aí paramos num lugar, eles me puxaram, tiraram minha roupa toda e tentaram me dar cachaça por baixo do capuz. Eu resisti e eles derramaram cachaça no capuz. Me derrubaram e eu caí, asfisiado pelo álcool. Me deram pontapés. Essa parte de violência física não foi muito exagerada não! Era mais para me desmoralizar, em amedrontar do que para me causar dor. Diziam:

"Diga que é comunista, seu filho desta..."

Eu digo: nunca fui comunista, não sou e nem serei. E eles: "Bispo vermelho, chegou a tua hora, denuncia logo esse maldito de Volta Redonda e outros bispos vermelhos. Chegou a hora da vingança, traidor da pátria.

Me jogaram um líquido frio no corpo. Eu estava deitado no capim, havia umas pedrinhas miúdas e quando eles chegavam perto eu sentia eles pisando gravetos. Era um lugar ermo, descampado e eu ouvia passar carros numa distância de 50 a 100 metros. Eles diziam assim: "Vamos cortar". Eu eu pensava: "o que vai acontecer? Como vou morrer?"

Eu não sabia o que tinha acontecido ao meu sobrinho nem à moça. Eles revistaram minha pasta que tinha apenas documentos da paróquia e uma coisa que talvez eles não gostassem: um caderno da Diocese sobre democracia e eleições, com um discurso daquele General do 4º Exército onde ele dizia que a deocracia era outorgada pelo Estado e essas barbaridades todas que se dizia naquela ocasião. Excutei a voz do meu sobrinho: "Não façam isso comigo, eu não tenho culpa nenhuma." Aí tomei a defesa dele: "Deixem o rapaz em paz, ele é apenas um empregado e não tem nada a ver com o que vocês me acusam"

"- Quem ajuda comunista é comunista".

Me deram uns pontapés. Uns dez minutos mais tarde, chegou um deles e diz: "O chefe deu ordem de não ter matar dessa vez. Isso é para você deixar de ser comunista. Tiraram minhas algemas e me amarraram as mãos e os pés com a cordas. Depois de meia hora, pararam e disseram: "Sai" Me puxaram do carro, me deram uma pancada na cabeça, me tiraram o capuz mas não me deixaram olhar. Me deram um safanão e eu fiquei

estirado no passeio. Quando me virei, sódeu pra ver que era um carro vermelho.

Eu estava nu, eles tinham cortado minha batina com a tesoura, a rua estava meio escura, sem ninguém. Passou um carro e eu fiz sinal com as mãos. Eu só podia ficar meio de cócoras amarrado como um quadrupede. Pasou um segundo carro, passaram duas ou três mulheres do outro lado da rua, quietamente não me viram. Depois passou um rapaz a quem eu pedi que me desamarrasse. Um senhor que estava no volante e me ajudou a cortar a corda com uma gilete perguntou: "O que o senhor quer?" Eu disse: "me dá uma calça". Meu maior desejo era uma calça. Então fiquei sabendo que estava em Jacarepaguá. Ele disse: "Mas o senhor está sangrando. Aí eu olhei e vi melhor o líquido vermelho que jogaram no meu corpo, para me caracterizar como comunista. "Bispo vermelho", como eles diziam.

Passamos antes pela paróquia de Jacarepaguá, perto da Praça Seca, e fomos para a 29ª Delegacia. O delegado me ouviu e a primeira coisa que fez foi tirar umas algemas da gaveta e perguntar: "Era assim?" Eu digo: Bom, de fato, era uma algema, mas se era exatamente assim, não sei. O delegado falou de um jeito que mostrou que pra ele era uma coisa já de rotina o encapuçar e o alegamar. (Rindo) Infelizmente, não deixaram a algema comingo: "Isso é um crime político disse o delegado. Então, fomos para o Dops. Lá, na sala do Delegado Borges Fortes, comecei aquele interrogatório. A tese de Borges Fortes é que deveria ser um grupo comunista disfarçado em anti-comunista. Para mim isto não faz sentido. Mas me trataram bem, com aquelas perguntas todas, naquela situação. Nesse dia, eu tinha acordado às 3 da manhã e sucedeu também a filmagem com o Joaquim Pedro de um especial para a TV Globo sobre vocações sacerdotais. Depois tetaram relacionar o sequestro com minha participação no filme, mas eu acho isso uma bobagem.

No interrogatório, me perguntaram se eu tinha ofendido, provocado ou desafiado grupos como a polícia, empresários, etc. E isto tudo ficou a gravado no DPPS (Departamento de Polícia Política e Social): Deus queira que conservem mesmo o que eu disse, porque eu disse umas coisas muito boas. Por exemplo, eles queriam saber sobre a Pastoral. Eu procurei explicar que era um trabalho da Igreja. etc. Eles diziam: "Mas o senhor não acha que essa pastoral não é um trabalho da Igreja?" "Eu digo: Não é nada disso. Uma coisa que eu insisto muito é que o cristão deve ser cristão também em sua profissão. Por exemplo, se o senhor é cristão, não deveria estar me tratando como está agora. Eu sou uma pessoa de responsabilidade, que está cansada, o senhor deveria dizer: "Vá para casa, descanse, vamos conversar amanhã. Não tem sentido começar este interrogatório sem fim depois de ter acontecido tudo isto. Ele disse: "Eu também não estou aqui por prazer. Fui acordado pelo Secretário de Segurança para tomar esse depoimento."

O telefone tocou, era o Núncio, que queria falar comigo. Mandaram esperar. Eu falei: Olha, acho melhor atender, porque afinal de contas se trata de um representante diplomático do Vaticano. O Núncio foi lá, entrou, invadiu a sala, me abraçou e disse: "Eu estou solidário com o senhor. Espero aqui até o senhor terminar: Ficamos no Dops até mais ou menos quatro horas. Eu tinha a impressão de que não era a vítima, mas sim o réu.

Não, o sequestrador é fascista.

“Qualquer coisa que destoe do estabelecido é tida como comunista. Há ainda uma psicose coletiva: basta dizer você é comunista e não precisa provar nada. Tudo isto explica um caso como o meu”

DOM HIPOLITO - Em março deste ano, li no JB que a Auditoria da Marinha mandou arquivar o processo por falta de provas.

REPÓRTER - Qual a sua reflexão sobre a atuação das autoridades no episódio? Que lições o senhor tira disto?

DOM HIPOLITO - É evidente que, minha atividade pastoral, sendo uma missão profética, implica sempre em área de conflito. Não que a gente procure brigas por aí, mas a missão profética tem a finalidade de desmascarar o que está errado, numa perspectiva de esperança. Eu considero uma consequência natural que muitos não se conformem com esta missão profética do trabalho da Igreja e procurem fazer coisas contra mim ou qualquer outro que age desta maneira.

REPÓRTER - Em que medida este seu trabalho se torna perigoso?

DOM HIPOLITO - Você imagina o seguinte: - Você é um empresário cristão, mas explora seu empregado. Eu digo que está errado, que você não pode comungar. Pra comungar tem de emendar e você quer comungar e não quer emendar. Está criado o conflito. Não é possível que um sujeito que se diz cristão, que participa da missa, da Eucaristia, etc, explore seus empregados. Ou que passe aí todos os anos com carros modernos, importados, pagando salário de fome e explorando a comunidade proletária. Não é possível ser cristão. Mas não se pode dizer isto, pois isto é comunista.

Existe também a insegurança de quem vive na obsessão anti-comunista. Qualquer coisa que destoe do estabelecido é tida como comunista. Há ainda uma psicose coletiva: basta dizer “você é um comunista” e não precisa mais provar nada. Tudo isto explica um caso como o meu.

O aspecto positivo é que, dentro desta atmosfera de insegurança total em que o povo vive, eu participo desta insegurança. Porque eu não me sinto absolutamente um privilegiado dentro da sociedade. Me sinto um membro desta comunidade do povo que está aí sofrendo coisas horríveis. Então acho que foi muito bom para mim que eu sofresse indiretamente essa insegurança do povo. Muitas vezes, em reuniões de operários e estudantes, alguém me perguntou: - Meu irmão, se amanhã eu for preso, o que o senhor faz?

Eu digo: Não sei. Não conheço

nenhum filho de general, não sou amigo de empresários, políticos, gente de poder a quem eu pudesse recorrer. Na hora que acontecer é que eu iria pensar com vocês no que fazer.

REPÓRTER - Como foi a reação da população ao seu sequestro?

DOM HIPOLITO - Milhares de pessoas passaram por aqui para saber de mim. Cinco mil pessoas vieram à missa comunitária. Eu nunca vi uma igreja tão cheia, tão viva. As pessoas participaram intensamente.

O REPÓRTER - Houve alguma tentativa de limitar a participação das pessoas na manifestação de solidariedade ao senhor?

DOM HIPOLITO - No dia da missa, o SNI e o Dops estavam aí. Mas eu não tenho nada a temer. Me sinto acima dessas coisas todas.

REPÓRTER - O senhor não acha perigoso deixar que um sequestro aconteça impunemente?

DOM HIPOLITO - A coisa mais grave é realmente a impunidade. Que aconteçam atos de violência, eu acho que já vem do próprio ânimo da comunidade. Agora, que essas violências não sejam apuradas e nem seja punidos os responsáveis, eu acho que não está certo. Isto provoca a repetição do fato. Quando há impunidade, é porque alguma coisa não funciona bem, seja da parte da polícia ou da justiça.

REPÓRTER - Como seu sequestro repercutiu a nível do Vaticano? Pois ele representou um ataque à Igreja enquanto instituição, num país como o Brasil, que se diz católico...

DOM HIPOLITO - A gente não deve exagerar. A Igreja sempre sofreu perseguições. Não sou o primeiro nem o último padre atingido. Há uma atmosfera de hostilidade para com a Igreja porque ela assumiu um papel diferente do que assumia antigamente. A Igreja não se conforma mais com o estabelecimento, sobretudo nos países do Terceiro Mundo. Não aceitamos que a Igreja seja hoje um sustentáculo do poder civil. Ela não é mais caudatária do sistema de poder, mas alguém que contesta, a partir do Evangelho, os abusos do poder. A verdade é que toda a imprensa católica e até o Papa pessoalmente comentaram o caso, mas não como uma exceção.

Foi um caso excepcional no Brasil. Foi a primeira vez, desde Dom



Foto de Miguel Furtado

Macedo Costa e Dom Vital, há cem anos, que um bispo sofre perseguição de tal nível. (Na década de 70 do século passada, uma Irmandade católica de Recife aceitou membros maçons. Na época, havia grandes divergências entre a Igreja e a Moçonaria. O bispo de Recife proibiu os maçons na Irmandade e suspendeu o padre que os aceitou. A Irmandade recorrer ao Imperador, que deu ganho de causa a ela. O bispo do Pará apoiou o bispo de Recife e os dois foram condenados a dois anos de trabalhos forçados no Rio. Quando o Duque de Caxias foi convidado para o Ministério da Guerra, impôs como condição a libertação dos dois. O Imperador foi contra e prevaleceu a opinião de Caxias).

- Mas foi diferente, pois os dois foram enquadrados numa lei objetiva. Comigo, o caso foi diferente. Tratou-se de um sequestro, uma violação de leis existentes.

REPÓRTER - Que tipo de conse-

lho o senhor daria a alguém que tivesse sofrido as mesmas violências que o senhor sofreu?

DOM HIPOLITO - Nós defendemos uma convivência pacífica, somos partidários da não violência. Não somos partidários da passividade, mas sim de uma resistência passiva. Uma resistência não-violenta. Devemos protestar e conservar este protesto. Devemos lutar para eliminar esses abusos, essas deformações, e violações da dignidade da pessoa humana. Este é outro aspecto importante da missão da Igreja. Devemos denunciar essas coisas.

Tem muita gente que diz que não adianta nada. Mas eu acho que, se não adiantasse, não haveria esse medo da palavra frágil que a Igreja diz. Nosso grito incomoda. Os instalados não querem ser perturbados na sua tranquilidade. Esses que exploram, que violam os direitos humanos. Nós temos de continuar usando a palavra, que é a nossa maior força.

BOMBA

Enio Silveira

“Fui tratado como cidadão de 2ª classe”

Em 1966, a Editora Civilização Brasileira recebeu a primeira bomba, em sua antiga sede, na rua Sete de Setembro, no Rio de Janeiro. Dez anos depois, em dezembro de 1976, explodiu a segunda, desta vez no depósito da empresa. Em ambos os casos, apenas danos materiais. Nas duas ocasiões a polícia foi chamada mas nada esclareceu. Segundo o editor Enio Silveira, as garantias que o Estado deve oferecer a todo o cidadão lhe foram negadas:

– O Estado me virou as costas. De acordo com a visão de certos setores, parece haver cidadãos de primeira e segunda classe. Estou convencido que sob a ótica do governo eu sou um cidadão de segunda classe.

“A polícia compareceu ao depósito da empresa onde a bomba explodiu. O sub-delegado me intimou a comparecer à delegacia do bairro. Achei estranho que, de vítima real que eu era, como diretor da empresa, passasse imediatamente a suspeito. O comissário me disse logo que aquilo lhe parecia o resultado de uma divergência entre grupos de oposição ao governo. Acrescentou que a Civilização Brasileira já era sua velha conhecida por publicar livros de autores esquerdistas.

Daí, passei para o Dops. O Dr. Borges Fortes prosseguiu na mesma linha e eu me senti de tal maneira transformado em acusado que protestei veementemente, perguntando ao delegado que providências ele iria tomar. Ele respondeu que não tomaria providência alguma porque esses atentados eram mesmo misteriosos e não deixavam pistas. E, além do mais, ele não estava interessado em perder tempo com

divergências internas da esquerda.

Diante do meu espanto ele esclareceu que, na sua opinião, eu figurava na linha liberal das esquerdas e que os duros não estavam de acordo com essa posição. Sem querer parecer arrogante, esclareci que se quer comentaria essa linha de raciocínio, tão absurda me parecia. Mas sugeriria, – embora jamais tenha sido policial, e jamais pretenda ser policial – algumas linhas de possível investigação:

– Análise química dos explosivos;
– Impressões digitais na lata que continha o explosivo, da qual vários fragmentos estavam no local, alguns bem grandes;

– Percorrer os fichários policiais para estabelecer uma sintonia entre forma de ação e oportunidade dos atentados para chegar, por eliminação a grupos de pessoas que pudessem ter motivos para odiar a Civilização Brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil ou outras empresas e entidades que haviam sofrido atentados semelhantes.

Novamente ele respondeu que não estava disposto a perder tempo com incidentes como aquele e acrescentou que eu me desse por muito feliz por não ter havido vítimas:

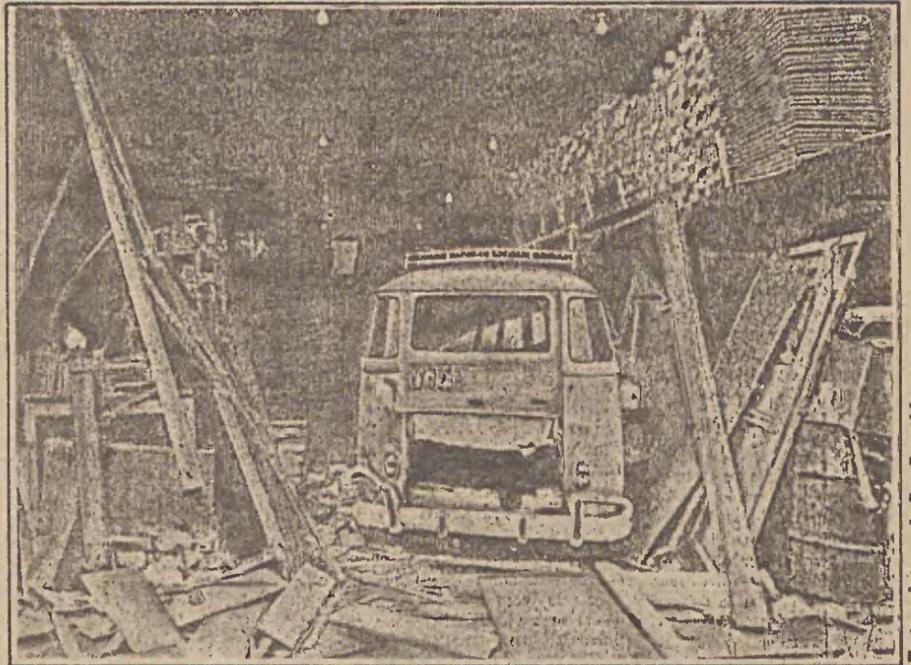
Dias depois, às três horas da madrugada o telefone de minha casa toca e uma voz não identificada afirmava que eu demonstrava não ter apreendido a lição e que brevemente eu ou pessoas da minha família seríamos eliminados em defesa dos princípios cristãos e democráticos.

Não mudei nem mudou a Civilização Brasileira, no curso de suas atividades, uma vez que estou convencido, como diretor da empresa, que nós exercemos ao máximo possível, dentro das limitações atuais, o nosso compromisso auto-imposto com a causa da efetiva emancipação nacional e da redemocratização da nossa sociedade”.

Repórter – O Sr. acredita que exista alguma relação entre a bomba colocada no depósito de sua empresa e o fato de ser ela a editora do livro “A Ditadura dos Cartéis”, de Kurt Mirow?

Enio – Acredito que sim. Mesmo porque o autor me disse ter recebido posteriormente ameaças de que lhe aconteceria a mesma forma de punição já imposta a nós.

Repórter – Kurt Mirow parece sugerir na entrevista que nos concedeu que um cidadão de nome Ro-



Entrevista a João Sant'Anna

bert Lenz Plassing poderia estar vinculado a esses atentados a bomba. O Sr. também tem esta impressão?

Enio – Não tive contato com esse cidadão. Mas, conversando com alguns amigos que realizaram sondagens em áreas que se ocupam profissionalmente do controle da segurança nacional, tive notícia de que esse cidadão já tem seu nome fichado como suspeito de atividades terroristas. Suspeitava-se apenas, pois suponho que se houvesse alguma coisa de concreto ele já teria sido

processado. Eu considero o terrorismo improdutivo e frequentemente contra-produtivo: não acredito que a causa dos palestinos seja ajudado pelo assassinato de pessoas inocentes. Como não acredito que a causa da democracia seja beneficiada se pessoas ou empresas que lutam por ela sofrem violências desse tipo. Esses atentados só mostram a indigência mental de seus autores, além de ressaltar sua covardia. São aqueles que agem no anonimato, protegidos pelas horas neutras da madrugada.



Naquela madrugada disseram aos três rapazes para casa e meteram-nos rumo aos subúrbios de No-gu. No banco da frente o m e um soldado alto e preto; trás os três rapazes e um s mulato e baixo. Num descam ainda com o carro em marci soldado ao lado dos rapazes t o revólver e disparou um tiro testa de Luis Silva, outro na ná de Arilson e um terceiro era de não a Daniel, que teve tempo e se desviar e a bala ficou alojada um pouco abaixo da orelha. O soldado que ia à frente comentou: Não é assim que se faz, rapaz. Os três foram depois jogados ao chão levaram mais tiros. Daniel sobreviveu e foi contar tudo. Os dois PMs implicados foram presos e indiciados e o Boletim Interno da PM do Rio conclui assim: Esse é o sucinto relato da repulsi- ocorrência que tanto sensibili- ou a opinião pública, ampla e mi-

Os panfletos assinados pela Aliança Anticomunista Brasileira e deixados no depósito da Editora Civilização Brasileira, em Bonsucesso, onde uma bomba explodiu às 23h55m de domingo, foram escritos pelos mesmos autores dos atentados contra a OAB, a ABI, a redação do semanário Opinião e o carro do Bispo Dom Adriano Hipólito. A máquina de escrever e o papel de seda são os mesmos.

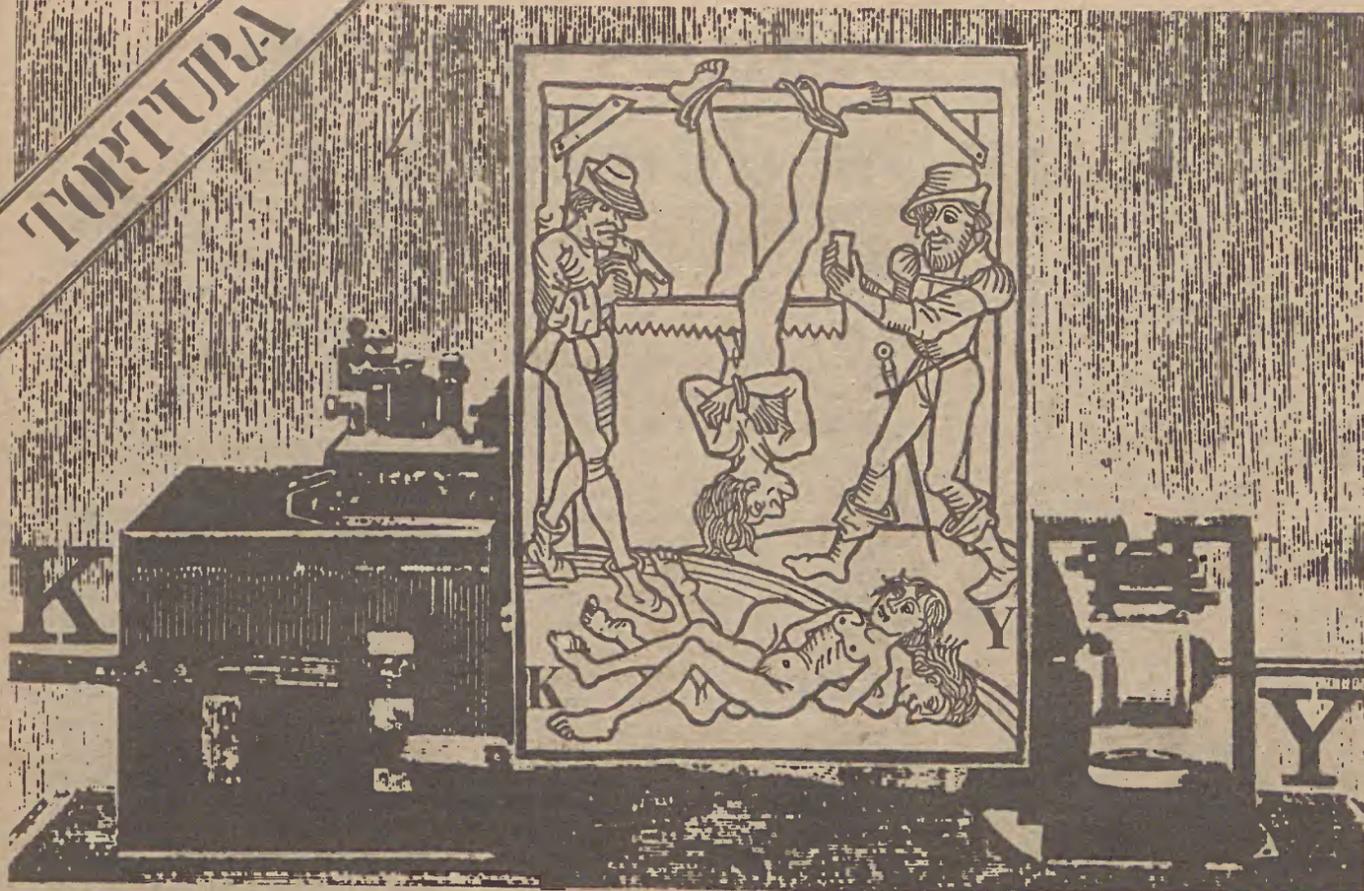
Além dessa conclusão, os técnicos do Departamento de Polícia Política e Social determinaram que a bomba, de alto teor explosivo (destruiu uma porta de madeira, danificou dois veículos, rachou paredes e quebrou vidraças), era de fabricação caseira, mas montada por um perito, com bananas de dinamite e uma lata vazia de óleo. (JB, 7/12/76)

LEIA NO BEIJO:

A invenção do homossexual A estratégia da medicina

No dia 23 nas bancas

TORTURA



“O Braço Clandestino da Repressão”

Em 1º de outubro de 1975, Affonso Celso Nogueira Montelero, advogado, foi sequestrado em São Paulo por três homens não identificados. Encapuzado, foi levado primeiro para uma casa onde sofreu torturas durante 15 dias, ouvindo gritos de outros sequestrados. Seus torturadores se auto-denominaram “braço clandestino da repressão do governo”.

Após 15 dias de torturas, os sequestradores comunicaram a Affonso Celso que teriam de libertá-lo devido à agitação provocada pela denúncia do sequestro realizada por sua família e amigos. Foi transferido para uma outra casa, onde foi alimentado e medicado para ser solto no dia 22 de outubro.

Uma semana mais tarde, Affonso Celso realizava um relatório para a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no qual detalhava tudo que ocorrera durante os 22 dias do sequestro. Anexou ao relatório fotografias que mostravam marcas generalizadas de torturas no seu corpo.

O advogado finalizou seu depoimento dizendo ter clareza dos riscos que passaria a correr por denunciar tais fatos. “Mas sei que, se cada um assumir seu dever de denunciar, protestar e combater tais crimes, deixará de haver lugar para eles. O silêncio será tolerância e conivência”. O depoimento nunca foi publicado na imprensa.

Estes são os fatos, segundo o relatório da OAB, feito em cima do depoimento de Affonso Celso.

(Assim que chega a casa é conduzido para um local que chamam de “buraco”)

“Imediatamente, desnudam-no, descalçam-no, amarram-lhe as mãos, seguram-no e lhe aplicam choques elétricos, iniciando-se o

processo de tortura, que continua suspendendo-o no pau de arara, aplicando simultaneamente choques elétricos em todo o corpo e pancadas nas partes musculares expostas, principalmente nádegas, dorso, coxas, espáduas e braços.”

(após certo tempo de tortura ele desmaia e é levado para uma sala de interrogatório. Posteriormente, retorna à tortura)

“É submetido a sessão de choques elétricos, desta vez com mais violência e intensidade, seguida de novo pau de arara, acompanhado de choques e repetidas asfixias por tamponamento da boca e narinas”.

(novamente desmaia e retorna à sala de interrogatório)

“Retornando, sempre nú e vendado, ao quarto de interrogatório este é reiniciado ainda com perguntas sobre pessoas e lugares de São Paulo, Santos e São Bernardo, além de hipotéticas ligações com parlamentares e eclesiásticos, cujos nomes e endereços reitera não conhecer”.

“Interrompido o interrogatório, permanece deitado no chão sobre jornais, sentindo-se sangar nos membros, nádegas e dorso, com dores por todo o corpo, com frio, fome e sede.”

(supõe ter desmaiado novamente)

“Reiniciou-se o interrogatório sobre os mesmos assuntos e, face às novas frustrações das respostas, é mais uma vez levado à tortura, agora ao ar livre, sem “apu de arara”. Mas com um novo método que consiste em pendurar a vítima pelos pés, mantendo os braços suspensos, posição em que socam a altura do estômago e dos rins. Também nessa ocasião e nessa posição, lhe são aplicados choques elétricos. Outras vezes, na mesma posição, a vítima

é abraçada pela caixa torácica, fortemente apertada e puxada para baixo. Terminada a sessão de “treinamento de boxe” em saco de areia humano, é derramado sobre o corpo, a partir dos pés, água que entra pelas narinas, e ao final, um líquido que provoca intensa sensação de ardência e calor, cuja natureza não identificou.

Descido deste instrumento, perguntaram-lhe se sabe nadar e informaram-no de que tomaria banho de cachoeira e a seguir de rio. O primeiro banho consistia em ser deitado e mantido nessa posição no leito pedregoso de um riacho pouco profundo, cujas águas repentinamente crescem de volume e impeto, determinando desequilíbrio e revolvimento de seu corpo nas pedras, aumentando os ferimentos e as dores.

No banho do rio, a vítima é amarrada pela cintura, empurrada para um poço ou pequena piscina cimentada, com fundo limoso, onde vários homens se divertiam com risadas e comentários “espirituosos” impondo-lhe sucessivos afogamentos, até ao presumido limite da resistência.

Terminado o último banho, é carregado para dependência próxima, onde lançam sobre uma cama, cobrindo-o com uma lona áspera, sob a qual, impossibilitado de respirar por violentas dores no peito e nas costelas, permaneceu por longo tempo a tremer de frio. Antes de conseguir dormir, pela primeira vez desde o sequestro, comeu alguma coisa: uma sopa raia que lhe trouxeram e bebeu água”.

(perde a noção de tempo. É transferido para o quarto de interrogatório, onde é instalado em uma cama coberta de jornais e algemado na beira.

“Trazem-lhe café com leite e pão, deixando-o sozinho por largo tempo, em que descansado, e mais atento, pode deduzir, pelos ruidos e sons que distinguia, inclusive gritos, que além dele outras pessoas estavam sendo torturadas no imóvel em que se encontrava.

Com o tempo, e recordando a própria experiência, passou a relacionar o ruído das chegadas de carros com a subsequente tortura de novos sequestrados, geralmente com um intervalo de dez minutos entre a chegada do carro e os primeiros gritos dos supliciados.”

(Apesar de submetido ainda a interrogatórios e pressões, inicia-se um tratamento pela sua recuperação física. Passados alguns dias, é transferido para um outro local)

“No mesmo dia da entrada nesse posto de recuperação intensiva, foi informado que, face à movimentação promovida por sua mãe e outras pessoas, a sua situação de “sequestrado” já era de domínio público. Tal fato causava aos sequestradores alguns embaraços, pois as autoridades de segurança do governo lhes estava cobrando a sua apresentação. Mas esta não podia ser feita no momento, porque embora o andamento fosse satisfatório, a sua recuperação orgânica ainda não se completara, sendo muito numerosas e extensas as feridas e equimoses existentes.

Nesta oportunidade lhe foi dito ainda que algumas hipóteses existiam para a solução de seu caso:

1 - eliminação física, o que nas atuais circunstâncias não estava sendo cogitado;

2 - ser levado a Argentina, com a ajuda da AAA deste país onde poderia até mesmo ligar-se a companheiros políticos seus;

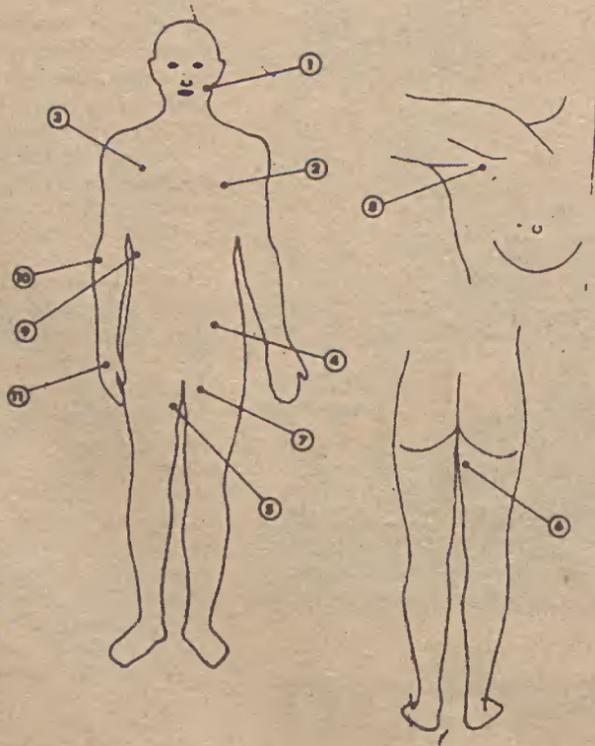
3 - ser liberado em local distante”

(Após cerca de sete dias de recuperação, foi colocado dentro de um carro para ser liberado, recebendo instruções de como deveria se comportar para evitar que o “setor de repressão clandestino adotasse medidas de auto-preservação”)

“Eram 2 horas da madrugada do dia 22 de outubro de 1975 e o sequestro se dera a 1º de outubro. Foi possível então averiguar com surpresa, que, no local de tortura, havia permanecido cerca de 14 ou 15 dias. Deles, tivera vaga consciência do transcurso de 6 ou 7. O resto deste tempo estava incoerente, por efeito das torturas, da debilitação, das pílulas que pelo menos três vezes lhe fizeram tomar, da tensão dos interrogatórios sucessivos, das angústias de ouvir os gritos torturados de outros seres humanos, inclusive mulheres. Alguns talvez seus amigos, cuja resistência física não pôde presumir e cujas vidas talvez fossem cortadas, em seguida, pela crueldade irracional e mórbida”.



Chico levantou os braços. E a Rota lhe deu 11 tiros.



O exame mostrou que, quando Chico foi metralhado, estava de costas e com os braços levantados

Carros cinzas, boinas negras e muitas mortes

O fuzilamento dos três jovens no Jardim América é apenas um caso entre os muitos das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar em São Paulo. Abaixo, alguns deles que não ganharam o mesmo destaque da imprensa.

ROTA 06

Adirson Veríssimo, 29 anos, solteiro, mecânico, morto por engano por policiais da Rota 06 no dia 1º de julho de 1972 na estrada de Mutin-ga, em Osasco, município da Grande São Paulo. Adirson dirigia a serviço sua Kombi junto com o mecânico Augusto Lima e o técnico em telecomunicações Laércio Antonio Birischí quando foram perseguidos e metralhados pela Rota 06, integrada pelos PMs Getúlio Matsumoto (comandante), Milton Filó, Antonio Valdir Jaime, Luís Olindo de Abrei e Luís Carlos Nogueira Barbosa.

Os PMs foram indicados por homicídio e dupla tentativa de morte pela promotoria da 1ª Vara do Júri da Comarca de Osasco. Os pais de Veríssimo impetraram ação de indenização contra a Fazenda do Estado de São Paulo e ainda esperam a decisão.

ROTA 75

Tramita no Fórum de São Paulo inquérito sobre a morte de Claudio Valério e Gilberto de Sousa Andrade, alvejados a 29 de setembro de 75 pelos integrantes da Rota 75. De acordo com os soldados, os dois responderam com tiros de revólver

quando foram intimados a apresentarem documentos, num terreno baldio do Jardim Ondina, na periferia.

Testemunhas do caso desmentem a história dos policiais, afirmando que Gilberto e Cláudio não resistiram aos PMs, sendo por eles transportados para o terreno baldio. Gilberto e Cláudio foram acusados pela Rota 75 de terem na manhã daquele dia, assaltado um supermercado e baleado dois policiais.

Investigações realizadas pelo 28º DP provaram que Gilberto estava trabalhando na hora do assalto, e que Cláudio, manco de uma perna, não tinha condições de participar do roubo.

ROTA 113

Um passeio turístico que Antônio Severino da Silva, 22 anos, solteiro resolveu oferecer no dia 19 de março do ano passado a três contêrrâneos recém-chegados de Pernambuco foi interrompido bruscamente pela Rota comando 113. Uma rajada de metralhadora, disparada contra o carro em que viajavam, ferindo gravemente dois rapazes. Motivo: Severino não entendeu o sinal que os PMs lhe fizeram para parar.

Ao apresentarem a ocorrência ao 23º DP, os policiais entregaram uma pistola automática calibre 6.35, que disseram ter sido utilizada pelos componentes do Opala contra o carro policial. Mais tarde constatou-se que a arma não disparara nenhuma vez.

Em março de 1978, finalmente, deverá ir à júri o processo que envolve a morte de três rapazes paulistas pela Rota, ocorrido em 1975. No início de dezembro realizou-se a última audiência na 1ª Vara Auxiliar do Júri de São Paulo, quando foi ouvida a última testemunha da defesa (os três policiais são qualificados como vítimas no processo). O Repórter refaz toda a história de um processo que foi, antes de tudo, tumultuado pelas versões e inversões apresentadas pelos policiais.

Eram três: os estudantes Francisco Nogueira de Noronha, 17 anos, o Chico; Carlos Inácio Rodrigues de Medeiros, 22 anos, o Pancho, e João Augusto Diniz Junqueira, 19 anos, o Gugu. Eles cruzaram com a Rota 66. Tudo começou com uma simples suspeita, um palpite dos policiais. Depois veio a perseguição (Francisco dirigia sem habilitação e não parou): ao final da correria os três estavam metralhados, os corpos dilacerados por dezenas de balas.

Apesar de as rádios transmitirem por quase todo o dia 24 de abril de 75 que a polícia "colocou fora de circulação de madrugada mais três bandidos marginais metralhados na esquina das ruas Argentina e Alaska, no bairro chic do Jardim América", ao final da tarde veio a confirmação: "os marginais" eram gente de bem. A Rota 66 se dera mal: das centenas de tiros disparados pelo sargento José Felício Soares, 27 anos, casado, 2 filhos, (responsável pela patrulha 66), pelo soldado Cláudio Cândido, 29 anos, casado, 2 filhos (motorista), e cabo Martinez, 23 balas foram fatais e mataram os rapazes instantaneamente.

Eles não tiveram chance, conta o advogado Idel Aronis, cotratado pelas famílias Noronha, Junqueira e Medeiros: foram metralhados após perseguição, inicialmente pela Rota 13, que começou na avenida Nove de Julho, já sob fogo cerrado, conforme documentos e laudos periciais em seu poder. O mais taxativo é o resultado do "Exame Necroscópico" ("Laudo de Exame de Corpo de Delito"), assinado pelo Instituto Médico Legal, que apontou a trajetória das balas. Dos onze tiros recebidos por Francisco, um deles penetrou "sobre a linha axilar média, direita, saiu pela região dorso lombar", como descreve o laudo. Quer dizer, Chico estava de pé, fora do carro, com as mãos para cima e de frente para os policiais quando recebeu a rajada de tiros.

A tragédia do dia 23 de abril de dois anos atrás continua presente na vida das famílias de Chico, Gugu e Pancho. O pai de Chico, que é diretor do Banco Itaú, passou desde então a frequentar assiduamente missas não sai da Igreja. O sr. Diniz Junqueira, pai de Gugu, recolheu-se mais ainda à sua fazenda com a família no interior de São Paulo (o rapaz ia seguir para lá na manhã seguinte ao crime). Dona Consuelo Medeiros de Pierre, viúva, mãe de Carlos Inácio (Pancho), retornou à Espanha, onde nasceu. Vendeu a charutaria de sua propriedade na rua São Bento, mas é mantida pela aposentadoria que o marido lhe deixou e pelo salário do filho mais velho.

Os policiais da Rota 66 em nenhum momento foram afastados do serviço e continuam participando das rondas pelas ruas de São Paulo, com autorização do Secretário de

Segurança, Coronel Erasmo Dias. A versão dos PMs para os acontecimentos da madrugada de 23 de abril de 1975 é detalhada, mas mudou bastante daquela apresentada após o crime. Os rapazes, dizem os policiais, alvejaram a Rota 66 e a resposta ao fogo foi em cumprimento do dever legal; não praticaram delito algum, pois tentavam parar um carro suspeito, em cujo interior havia três indivíduos atirando.

Versão bem diferente sustenta o advogado Idel Aronis, assessorado pelo prof. Paulo José da Costa. De acordo com as provas que colheu, os garotos não pararam porque Chico era ex-menor e não tinha habilitação. Foram perseguidos sob fogo cerrado mas não deram nenhum tiro, pois não tinham armas. Bom volante, Chico se livrou da perseguição por uma vez, mas acabou derrapando na esquina da rua Alaska com a Estados Unidos. Após o choque com um poste, atordoados, os garotos iam saindo do Volks azul El 6501, com as mãos na cabeça, e foram abatidos.

A reconstituição da cena do crime não foi possível. Ferdinando Magnani Neto, 28 anos, que comandava a Rota 17 e que chegou ao local do crime em seguida, levou os garotos ao Hospital das Clínicas. Disse no depoimento que embora estivessem mortalmente feridos, procurou socorrê-los rapidamente. Mas 10 minutos depois que os três deram entrada no hospital ele entrou para saber e informaram que estavam mortos.

Os rapazes estavam mortos quando chegaram ao HC, segundo declarações X da direção do hospital. Os cadáveres foram colocados à força pelos policiais em macas encostadas no corredor do pronto socorro, infringindo seus próprios regulamentos.

Conta ainda o advogado Aronis que todo o quarteirão da rua Groelândia, onde ficam também o 15º DP, foi logo isolado, por ordem das autoridades lá presentes (o staff do secretário de Segurança e diretores do CIOP - Coordenadoria de Informações e Operações da Polícia). Enquanto isso, procuravam-se formas de embaralhar evidências. Aronis mostra como tem derrubado pacientemente todas as provas forjadas. A principal delas era a arma pela qual a guarnição da Rota 66 diz ter sido alvejada. A partir da numeração, que felizmente se encontrava na arma, o advogado encontrou seu dono: ele perdera o revólver no dia anterior depois de uma batida da própria Rota. A ausência de armas com os rapazes, além do metralhamento sumário de Francisco, com os braços para o ar, e a comprovação de que a arma encontrada no Volks azul era da própria polícia, permitirão provar, segundo Aronis, em março, quando o processo poderá ir a júri, que houve excessos.

Texto de Flávio Deckes

“Todo brasileiro passou a ser suspeito”



Entrevista a João Sant'Anna Foto Sérgio Sbragia

de subversão, de ser infiel à democracia, etc”. Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, fala do advogado - “um burocrata, sem o estado de direito”. Do jornalista: “um escriba oficial, sem a liberdade de imprensa”. E até do Ministro da Justiça, “que não gosta muito de responder cartas”.

Repórter - Enquanto instituição, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) representa o conjunto dos advogados brasileiros. O advogado é aquela pessoa a quem o cidadão recorre quando se sente ameaçado em seus direitos. A Ordem seria o repositório do direito brasileiro, onde estão reunidas suas tradições? Ela tem este aspecto também?

Raymundo Faoro - Sim, ela tem este aspecto em função da sua natureza profissional. Nós somos obrigados, no momento em que defendemos alguém, exercendo a profissão de advogado, a zelar pela ordem jurídica, pelo direito, pela estado constitucional. É inerente à profissão de advogado a defesa da ordem jurídica. Isto nos leva a não dissociar a atividade profissional da fidelidade ao estado de direito. Mas sempre sob a perspectiva profissional. Da perspectiva profissional surge o fato político. O fato de a OAB zelar pela ordem jurídica não significa que ela aceite toda a ordem jurídica e entenda que só é ordem jurídica aquela da lei. Dentro da ordem jurídica ela procura estabelecer o estado de direito e a sua legitimidade. Por isso é que nós temos sido, em certos momentos, críticos dos regimes políticos. Nunca pelo lado político, pelo lado partidário. Sempre partindo do fato profissional. Há um compromisso social e um compromisso com a própria profissão. O advogado tem que defender esses princípios.

Repórter - Quando se entra aqui na OAB, a primeira coisa que se vê é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no painel do saguão. Isso significa que a Declaração Universal dos Direitos do Homem norteia a atuação da OAB?

Faoro - Nós entendemos que o estado de direito existe justamente para consagrar os direitos humanos - em toda sua perspectiva e não só no seu aspecto formal, mas como participação social, participação econômica e participação política. A nossa história está sempre ligada a uma vinculação da advocacia com o povo. Entendemos que a ordem jurídica é aquela deliberada e manifestada pelo povo. O Habeas-corpus, para nós, é um instrumento com as garantias constitu-

cionais. O advogado não pode ser advogado se não contar com esses recursos.

Repórter - Nesse sentido, a profissão de advogado é semelhante à profissão de jornalista.

Faoro - Exatamente. Você não pode conceber um jornalista sem a liberdade de imprensa. Quando um jornalista reclama pela liberdade de imprensa ele está reclamando porque sua profissão não pode ser exercida sem ela. Se não houver a liberdade de imprensa existe o escriba oficial, não o jornalista. Da mesma maneira o advogado: sem o estado de direito ele é um burocrata, que comparece para fazer número numa constatação legal não vinculada ao estado de direito.

Repórter - No nosso entender, nos últimos anos, o Estado não tem cumprido para algumas pessoas, pelo menos, sua função de garantia e proteção. Como o sr. vê este problema?

Faoro - Realmente, nós assistimos - sobretudo de 1968 para cá - a uma hipertrofia do Estado - que entendeu que a missão principal dele era a segurança nacional, esquecido que a segurança nacional é feita em benefício das liberdades da pessoa, dos direitos da pessoa. Isto é uma distorção e o estado de direito há de corrigi-la. O Estado se colocou como se fosse uma entidade que prescindisse da sociedade como se fosse uma formação social composta de elementos abstratos. Na verdade, isso significou que o Estado se isolou da sociedade civil. Esse encontro do Estado com o que eu chamaria de sociedade política, sociedade civil, é exatamente o problema que hoje ocupa não só os cidadãos, como ocupa também os poderes da República. Quando se fala que se quer por fim ao arbítrio não se quer dizer outra

coisa senão que se quer estruturar uma socieda-

JUIZ AMEAÇADO

O juiz Paulo César Panza - ex-titular da 4ª Vara Criminal e atualmente titular da 3ª Vara Cível de São Paulo - passou uma semana recebendo ameaças pelo telefone, depois de dar sua opinião à imprensa sobre tóxicos e envolvimento de policiais com o crime organizado.

“As ameaças não dizem respeito à minha integridade física e sim à de meus familiares. Falavam coisas assim como “sua filha é muito bonita” ou “O Doutor ainda tem uma grande carreira pela frente”. Confesso que cheguei a ficar um pouco preocupado. Mas qual a opção? Andar armado? Acho que não é uma atitude própria de um juiz. Ainda mais que, na hora de correr, o revólver atrapalha um pouco”, disse Paulo César Panza.

de onde a sociedade política reflita fielmente a sociedade civil.

Repórter - Nas estatuetas de barro, muito comuns no Nordeste, o jornalista é representado como uma figura a qual as pessoas vem fazer suas queixas. O canal de expressão de uma sociedade seria a imprensa, o canal pelo qual esta sociedade se queixa, se manifesta. A nós tem chegado de alguns cidadãos queixas de que seus direitos estão sendo desrespeitados - às vezes de maneira brutal. Nós ouvimos alguns casos dramáticos. Um exemplo concreto: o caso de um editor chamado Ênio Silveira, que se considera, hoje, um cidadão de segunda classe. Ele foi vítima de um atentado e é recebido pela polícia como se fosse um acusado. Existem cidadãos de segunda classe?

Faoro - Com esse misticismo em torno da segurança nacional, houve uma perspectiva um tanto fantasmagórica, nesses últimos anos e daí, talvez, derive a queixa do editor. Todos nós passamos a ser suspeitos, até provar em contrário. Passamos a ser suspeitos de alguma coisa: de subversão, de sermos infiéis à democracia. Todo o cidadão brasileiro passou a ser suspeito e o ônus da prova passou a competir a nós e não a quem suspeitava de nós ou nos acusava. Só quem vai corrigir esta ótica é o próprio novo brasileiro, participando politicamente. Não há outra maneira.

Repórter - De repente, alguns setores policiais, algumas autoridades, são os donos do poder: eles resolvem tudo, eles torturam, eles batem eles matam e nada acontece em relação a isto. Como a OAB vê esta crescente onda de violência que tem caracterizado a atividade policial, especialmente em alguns Estados brasileiros?

Faoro - Nós somos a entidade que mais tem protestado contra isto. Os advogados têm ido sistematicamente ao tribunal denunciando estes fatos: o desvio da autoridade diante da lei. Em geral, não somos bem sucedidos. Isto não depende só de nós. Quando havia censura a imprensa nós contávamos com muito pouco: não havia a participação da opinião pública para repelir estas práticas. No momento em que parte da imprensa passou a ser liberada da censura, nós passamos a contar com a opinião pública que manifestou indignação diante disso. Esta indignação acabou chegando aos juizes também. E hoje a luta é bem mais fácil. O presidente da OAB - no caso eu - participa de um Conselho que há muito tempo não se reúne: o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Mas, apesar de não se reunir, qualquer queixa que chegue a mim eu encaminho ao Ministro da Justiça, e dou publicidade. É verdade que o Ministro da Justiça não é muito de responder cartas, mas isso não é o realmente. O relevante é que a opinião pública tome conhecimento do problema, que se situe diante dele.

PAU-DE-ARARA



Não pode ser pendurado separadamente.

Denunciou o doutor: morreu

Talvez fosse apenas um garoto valente. Talvez não tenha sido prudente como essa gente do interior que se cala à aproximação do primeiro estranho. Ou, quem sabe, tenha decidido que as pressões haviam atingido um limite a partir do qual, só mesmo de peito aberto. Sabendo não estar só, nem na dor, nem na denúncia da dor.

Ivo Alves, 22 anos. Nascido no meio do trabalho da roça, perto de Silva Jardim, cidadezinha do interior fluminense. Dessas fora de mão e fora de propósito. Dessas que quando chove ninguém sabe onde fica.

Ivo Alves, filho de Belmiro que era amigo do Gusto, do Tonho, do Mané, gente que só tem de seu um pedaço de terra, sem registro em cartório nem nada. Mas que todo mundo sabe de quem é, basta perguntar.

Gente que hoje está aterrorizada. E Ivo está morto.

Há algum tempo, quatro homens vestindo fardas de cor cáqui executaram um verdadeiro serviço de intimidação coletiva sobre eles, posseiros implantados de longa data na região. Seguiam um plano bem determinado: violência crescente, pra dar exemplo.

Jovillo Gomes estava cuidando da plantação quando os quatro chegaram, se dizendo da polícia e dando ordens de sair da terra. Antonio Jasmim Queiroz vinha a pé pela estrada, achou que ia dar uma informação para o carro que parou ao seu lado. Recebeu foi um aviso de sumir da região. No mesmo dia foi Manuel Antunes, que teve sua casa invadida. Os "policiais" estabeleceram um prazo de dez dias para que ele se mudasse e deixaram, como argumento, uma garrafa de gasolina na porta. A ameaça se concretizou com Feliciano Pereira Lima, que teve sua roça incendiada e sua casa destruída.

Ivo não podia entender que a terra não fosse dele. Ele nasceu nela, seu pai morou oitenta anos na região. Ivo resistiu. E foi amarrado, espancado com revólver e preso no porta-malas do carro. Seus seques-

tradores terminaram por abandoná-lo longe de casa.

Desde então, o processo intimidatório não arrefeceu. Só na **Conceição**, uma das grandes fazendas de Silva Jardim, dez casas foram incendiadas.

"Quem anda queimando barracos é o **Rádio**, a mando do **Doutor**, diz um posseiro. "Ele quer que a gente saia do mundo. Mas sair pra onde?" (Rádio é o apelido de Austelinho Martins, lugar-tenente de Espídio Peçanha, grande fazendeiro da região, conhecido por todo mundo como Doutor).



Alguns dos posseiros resolveram procurar o sindicato de Silva Jardim e denunciar as pressões. O sindicato entrou em contato com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em Niterói.

No dia 19 de Novembro, um sábado, um dos jornais da cidade, **O Fluminense**, fez uma reportagem com os posseiros. Ivo Alves foi um dos que mais falou.

"Minha lavoura foi totalmente destruída. Não queimaram minha casa porque resisti, mesmo apanhando que nem cachorro ladrão. Quem destruiu tudo que era meu foi o "capitão" Délcio Teixeira Borges. E o "Doutor" é o culpado do sofrimento de Antonio Jasmim e do Feliciano".

Na terça-feira, dia 22, Ivo Alves, um garoto que acreditou poder enfrentar a violência de peito aberto apareceu morto.

Assassinado.

texto de Paulo Adário

Preso manda brasa em carta ao ministro

Ao Meretíssimo

Juiz do Superior Tribunal Militar
Ministro Gen. Rodrigo Otávio Jordão

Meu nome é Gildásio Westin Cosenza, brasileiro, 29 anos, radiotécnico, ex-estudante de Agronomia na Universidade Federal de Viçosa, ex-Secretário Geral do Diretório Acadêmico "Artur Bernardes", da Escola Superior de Agricultura, ex-membro da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, ex-assessor da União Nacional dos Estudantes (UNE). Atualmente encontro-me no Anexo dos Internos da Lei de Segurança Nacional do Presídio "Esmeraldino Bandeira", Bangú, Rio de Janeiro, condenado que fui pelo Auditório da 11ª CJM a dois anos e seis meses de prisão.

Dois fatos levam-me a dirigir-me a V. Excia: o apelo do Sr. Eurico Resende, líder do Governo no Senado, para que todos os que possam apontar casos de desrespeito aos Direitos Humanos o façam, e, principalmente, a declaração de V. Excia a respeito de torturas contra indicados em Inquéritos Policiais Militares.

No dia quatro de setembro de 1975, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, nas proximidades do Largo do Campinho, fui sequestrado. Por volta de 19 horas, um bando de indivíduos, armados, e ocupando vários veículos, avançou sobre mim, encapuzando-me, algemando-me e atirando-me dentro de um sedan Volkswagen. Entre muros e ameaças de eliminação física fui levado a um local, que depois vim a saber ser o DOI-CODI do 1º Exército (Quartel da PE - Rua Barão de Mesquita).

Durante cerca de um mês fui mantido sob sequestro. Nenhuma comunicação havia a qualquer Auditoria Militar sobre minha prisão.

Enquanto isto eu era torturado, primeiramente, entre quatro de setembro de 1975 e vinte de setembro de 1975, no DOI-CODI do 1º Exército, e depois a partir de vinte de setembro de 1975 até princípios de outubro de 1975 no DOI-CODI do 11º Exército.

Finalmente, cerca de quarenta dias após meu sequestro, eu saía daquele inferno dantesco que são os DOI-CODI, onde não se sabe o que é pior: se as torturas diretamente sofridas, se a tortura de se passar 24 horas por dia ouvindo os gritos e gemidos dos torturados.

Éramos mais de oitenta pessoas amontoadas nas velhas celas do DEOPS - SP Os que haviam ficado um tempo maior sob tortura estavam apenas pelo e osso. Hemato-

Imobiliária bota favelados na rua

Os moradores da favela do Vidigal, no Rio, estão ameaçados de sofrer uma ação policial de despejo e fundação que lhes foi imposta pela Fundação Leão XIII; ÓRGÃO SUBORDINADO À Secretaria de Governo do Estado. No total são 306 barracos e cerca de 2.000 moradores, que deverão ser transferidos para o Conjunto Residencial Antares, localizado a 70 quilômetros do Rio, na localidade de Santa uz. A ação se baseia num laudo técnico

mas e equimoses, fraturas e ferimentos ainda abertos eram a realidade de cada um.

No corpo do engenheiro José Milton Ferreira de Almeida ainda se podiam ver as chagas abertas pelas cordas da "cadeira do dragão", as marcas e queimaduras das pancadas e choques elétricos. O jornalista Sérgio Gomes da Silva, da Folha de São Paulo, com várias costelas fraturadas e equimoses em todo o corpo, encontrava-se em estado lastimável. Emílio Bonfante Demaria, Comandante da Marinha Mercante, tinha ainda as marcas das violências sofridas.

Meu estado não era diferente dos demais. No início da 2ª quinzena de outubro de 1975, quando foi, finalmente, quebrada a ilegal incomunicabilidade em que encontrava, minha mãe, Simone Westin Cosenza, e a advogada Regina Pasquale, puderam testemunhar o estado lastimável em que me encontrava - meu peso não passava de cinquenta quilos e as equimoses e feridas provocadas pelas torturas ainda eram visíveis.

Minha sobrevivência era uma surpresa mesmo para mim, que no citado período vira-me várias vezes incapacitado de erguer-me e ouvi inúmeras vezes as afirmativas, dos próprios torturadores de que eu não sairia vivo do DOI-CODI, pois eles não queriam "testemunhas incômodas" e eu era um dos poucos que havia visto, no DOI-CODI do Rio de Janeiro, Armando Teixeira Frutuoso, ex-líder sindical, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da "Light" do Rio. E tal era a certeza dos torturadores de que eu não sairia vivo que a partir de determinado momento passaram a torturarme sem capuz, "pois eu ia morrer mesmo".

Tudo isto narrei-denunciei no dia nove de março de 1975, na 1ª Auditoria da 2ª CJM, ao Juiz Auditor José Paulo Paiva e aos membros do Conselho Permanente de Justiça do Exército. Descevi também os torturadores que pude ver após retirarem-me o capuz.

Falei do "Dr. Ramiro", o torturador com a âncora tatuada no antebraço, que se vangloriava de ter no DOI-CODI de São Paulo, torturado até à morte a José Carlos Godoy da Mata Machado; do "Dr. Ponilo" de origem asiática, que dizia ter como maior aspiração poder um dia pendurar no "pau-de-arara" e torturar a freira Madre Cristina, ex-diretora do estabelecimento de ensino (ilegível) do "Dr. Noburo", também de origem asiática, torturador especialmente violento; do Capitão Galvão", que enquanto torturava

gritava que fazia aquilo por gostar, e não por cumprir um dever.

Sr. Ministro, declarei, no dia nove de março de 1976, acreditar não serem o Juiz Auditor José Paulo Paiva e o Conselho Permanente de Justiça do Exército da 1ª Auditoria do 2º CJM extensão e cúmplices dos criminosos que me sequestraram e me torturaram.

Infelizmente, a própria vida foi-me fazendo mudar de opinião. Nem uma só medida foi tomada contra os que cometeram todas as ilegalidades por mim denunciadas. Nenhuma manifestação houve quanto à minha atitude de colocar-me à disposição da Justiça Militar para identificar os torturadores.

E o que é ainda mais grave, Senhor Ministro: no dia nove de março de 1976, perante o Juiz Auditor da 1ª Auditoria da 2ª CJM, José Paulo Paiva, denunciei a presença no DOI-CODI do 1º Exército, entre os dias quatro e sete de setembro de 1975, de Armando Teixeira Frutuoso, das torturas que sofria. De seus gritos e gemidos, e de seus desesperados pedidos por água, que não nos era fornecida.

Pois bem, Excelência, no dia trinta de junho de 1977 "O Globo" noticiava a condenação, a cinco anos de prisão, de Armando Teixeira Frutuoso, à revelia.

O Juiz Auditor da 1ª Auditoria da 2ª CJM não poderá alegar desconhecimento pois escutei, no dia nove de março de 1976 um depoimento prestado por mim, Gildásio Westin Cosenza, a informação, a denúncia da presença e das torturas que Armando Teixeira Frutuoso sofria no DOI-CODI do 1º Exército (Quartel da PE-Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro).

A conclusão é clara: a triste conclusão de que um membro da Justiça Militar de nosso País presta-se à montagem de uma farsa em que os "órgãos de segurança" não precisam prestar contas sobre o que ocorreu a Armando Teixeira Frutuoso; a triste conclusão de que Armando Teixeira Frutuoso foi assassinado no DOI-CODI do 1º Exército, em setembro de 1975 após ser sequestrado no dia trinta de agosto de 1975, e que sua condenação como revel não passa de uma vergonhosa farsa.

Sr. Ministro, só me resta expressar aqui minha inteira convicção de que não tardará o dia em que a justiça imperará em nosso País. Então não ficarão impunes os crimes contra todos aqueles que tiveram espezinhados seus mais elementares Direitos Humanos.

Gildásio Westin Cosenza

realizadas em 1976 e 1977. Acontece que está em jogo a soma de 30 milhões de cruzeiros, valor estipulado no contrato de venda entre a proprietária do terreno, sra. Yvette Palumbo, e os compradores, Rio Towers Hotéis Ltda. SINCORPA S.A e sr. Aron Tandetnik. O contrato reza que, caso os moradores do vidigal não sejam removidos até janeiro de 78, caberá à proprietária efetuar a devolução dos 6 milhões já pagos a título de sinal.

Estudante diz que não é Réu

"...E, de vítimas da repressão que fomos, somos transformados em réus. As chamadas para depor se sucedem na Polícia Federal e no Dops. O direito destes novos interrogatórios serem assistidos por nossos advogados nos tem sido negado. Somos intimados a depor como se a nós, coubesse dar explicações pela violenta repressão que se abateu sobre o movimento. Porque lutamos por liberdades democráticas, porque defendemos o direito de se organizar livre e independentemente, porque lutamos por melhores condições de vida e trabalho para toda a população. Réus não somos nós, estudantes; réus não é somente o sr. Secretário da Segurança Pública, cel. Erasmo Dias - réu é este regime que oprime a todos e que coloca a necessidade de liberdade de expressão e organização para todos os oprimidos, à margem de qualquer processo político oficial" (de um documento dos estudantes da USP).

A repressão começou cedo este ano. Em janeiro, durante os vestibulares da Fuvest, os estudantes que denunciavam a detenção de seis universitários foram detidos na PUC-Rio, levados para o Dops, onde foram interrogados e fichados.

Em maio, a situação tornou-se mais difícil, com a prisão de operários e estudantes no Rio e em São Paulo. Uma manifestação pública de protesto com dez mil pessoas, ocupou o Largo de São Francisco (SP), mas não pôde realizar uma passeata devido ao bloqueio policial. No mesmo mês, por ocasião do Dia Nacional de Luta pelas Liberdades Democráticas, mais três estu-



Em trajés civis ou uniforme de gala, a PM comandou a festa.

dantes foram presos. Causa: estavam pregando cartazes perto de um ponto de ônibus no campus da USP.

Em junho, o III Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte não pôde ser realizado. A polícia deteve mais de mil estudantes na entrada da cidade, na Faculdade de Medicina e nas ruas. Resultado: mais de cem estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Houve também espancamentos e uma invasão da Universidade de Belo Horizonte, na qual centenas de estudantes foram encurralados com bombas de gás lacrimogêneo.

Nas férias estudantis, a invasão da Universidade de Brasília originou vários movimentos de protesto em São Paulo, Rio, Pernambuco, Porto Alegre, Maranhão, Ceará e Salvador. Em outubro, a Universidade de Brasília foi ocupada pela quarta vez

neste ano. Desta vez, o reitor José Carlos Azevedo garantiu que não foi ele quem chamou. Segundo o reitor, a ocupação policial não representa fato excepcional, mas apenas atividade de rotina.

Em agosto, só em São Paulo, foram gastos mais de Cr\$ 1 milhão na compra de bombas para reprimir os movimentos de protesto contra a invasão da UNB.

Em setembro, quando os estudantes resolveram realizar o proibido terceiro encontro em São Paulo, a USP foi novamente cercada pela PM, a Faculdade de Medicina invadida e mais de cem estudantes presos. Destes, 42 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Ainda em setembro, a polícia invadiu a PUC-SP, atingindo alunos, professores e inclusive mulheres grávidas.

Bournier não gostava de leis

No mês de setembro de 1968, o Brigadeiro Eduardo Gomes telefonou-me dizendo que precisava falar comigo. Coloquei-me à sua disposição, prontificando-me a ir ao local que ele designasse.

Na palestra que mantive depois no Palácio Monroe, narrou-me um fato de suma gravidade ocorrido na Aeronáutica. O Brigadeiro Bournier convocara elementos do Parasar e deles exigira, em nome da Revolução, o juramento de executar missões infringentes das leis penais. O capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho negou-se a prestar o compromisso exigido, levando o fato ao conhecimento do Brigadeiro Itamar Rocha, recebendo deste aprovação e apoio.

O Ministro Marcio de Sousa e Melo, a seu turno, prestigiou o seu auxiliar direto (Bournier) As discordâncias se extremaram e o Brigadeiro Itamar Rocha demitiu-se do comando das Rotas Aéreas.

Apreensivo com a situação criada, Eduardo Gomes solicitou-me desse conhecimento do fato ao Presidente da República. Acentuou que inter-

ferira no sentido de que a ocorrência não fosse divulgada, tendo, nesse sentido, falado com o Capitão Sérgio, pois julgava a sua difusão prejudicial à disciplina e às tradições da Força Aérea...

Em Brasília, transmiti ao Marechal Costa e Silva o relato que me fizera o Brigadeiro. O presidente prometeu adotar as medidas exigidas.

Mais tarde, o Brigadeiro Eduardo Gomes notificou-me de que nenhuma providência fora tomada pelo Governo no caso Parasar...

"...Voltei, mais uma vez, ao Presidente, que me respondeu: "Não te preocupe. Trata-se, apenas, de uma questão disciplinar. A insistência do Eduardo decorre de que ele, tal qual o Denys, não quer desen-carnar."

Presidente, se o seu governo for atacado no Senado por esse episódio, ficará sem defesa, pois entre a palavra do seu ministro e a do Brigadeiro, eu fico sempre com a deste.

O Presidente, compreensivo e generoso, respeitou a minha posição.

No Senado não houve debate. Na

Câmara houve alguns pronunciamentos.

Ao Capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho foi aplicado, posteriormente, o Ato Institucional nº 5.

A punição, às vezes, é o prêmio conferido aos que observam a lei e respeitam a dignidade da pessoa humana.

Ficou-lhe, porém, a suprema recompensa que o poder humano não destrói: a paz de consciência. (Extraído do livro *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*, de Daniel Krieger).

CARTAS "ANÔNIMAS"

Uma carta-ameaça vem sendo mandada às casas dos responsáveis pelo convite à missa do ex-presidente João Goulart. São mais de 150 pessoas acusadas de comunistas e de simpatizantes numa lista que inclui desde ex-ministros até o ator Grande Otelo. A ameaça: todos serão "visitados" para uma "conversa". As pessoas da lista estão apreensivas, muitas já tomam precauções. Temem sobretudo que lhes aconteça o mesmo que a outras pessoas, também acusadas de comunistas, vítimas de atentados e sequestros.

Vigio o vírus do comunismo

24 horas por dia

Por duas vezes durante a longa entrevista que concedeu ao Repórter, o coronel Erasmo Dias, secretário de segurança de São Paulo, prometeu "sair de arma na mão": quando se manifestou contra a anistia ampla e irrestrita e, de pois, quando reagiu contra uma possível legalização do partido comunista. Para Erasmo, o comunismo é, "como o câncer, um vírus que destrói o corpo social".

Reporter - O senhor foi acusado por uma comissão especial de inquérito de abuso de poder durante a invasão da PUC em São Paulo pela polícia, mas disse depois, num programa de televisão, que só aceitaria um juízo sobre seu procedimento se ele fosse referendado por um plebiscito. O senhor acha que já chegou a hora de fazer plebiscitos no país?

Erasmo - Falar em plebiscito foi força de expressão. Aliás, sobre este assunto da invasão da PUC eu não gostaria de falar porque tudo o que tinha à dizer na Assembléia Legislativa durante meu depoimento de seis ou nove horas, já dei todas as explicações necessárias. Podia apenas reafirmar que, no cumprimento das leis e normas vigentes, no princípio de respeito à autoridade, na manutenção da ordem, eu como autoridade serei sempre chamado a tomar decisões e as tomarei como tenho tomado, perfeitamente dentro da lei. Em caráter preventivo, como tenho feito ou repressivo, quando o caso exige.. A população, temos certeza que entende e compreende que algumas medidas não de ser tomadas sempre que tendo em vista o bem comum, a segurança coletiva de modo geral, que é a nossa obrigação. Foi dentro desse contexto que cheguei a entender que a análise pura e simples de qualquer fato de modo unilateral, de modo apaixonado e de modoradical, não corresponde a realidade do fato e a opinião pública é realmente muito ciosa, muito consciente do que representa o respeito à autoridade, à ordem e às leis. É isso.

Repórter - O senhor acha, então, que o julgamento da comissão foi um julgamento apaixonado?

Erasmo - Não digo apaixonado, mas político. E toda análise política, respeitada a posição política ou não, em princípio poderíamos dizer que é apaixonada porque tem atrás de so o respaldo de certas posições que, independente de qualquer outra análise, realmente, podíamos usar assim o adjetivo, são apaixonadas. Desde o começo, independente de qualquer outra avaliação do problema, se procurou enquadrar a mim, titular da pasta, no exercício de uma obrigação que eu tenho por dispositivo legal de coibir um ilícito penal ou vários ilícitos penais, como criminoso por abuso de autoridade. Eu tenho às vezes usado uma expressão um pouco jocosa para explicar isso:



Entrevista a Luiz Alberto Bettencourt
Fotos de Paulo Adário

qualquer que seja o regime, budista, maoísta, fetichista, comunista, fascista, assim numa força de expressão, a autoridade tem que ser respeitada... as leis tem que ser obedecidas. O confronto da polícia com a população ou uma face dela não é desejável a ninguém, mas chega um certo ponto, quando a autoridade é desrespeitada a ordem fica prestes a ser conturbada a anarquia fica quase a um passo e o ilícito penal se caracteriza, eu pergunto: qual é a função da autoridade? O que é que o senhor faria no meu lugar? É um problema de inércia da função.

Repórter - O senhor acha que o movimento estudantil é um ilícito penal?

Erasmo - O movimento estudantil, como qualquer tipo de movimento, você não pode dizer que é um ilícito penal mas as características de comportamento de uma parcela desse movimento estudantil eu provo, em gênero, número e grau que é de inspiração comunista. Provei isto na Assembléia, que em seu livre arbítrio, não tomou conhecimento em absoluto de todos as provas que eu apresentei.

Repórter - Quais foram estas provas?

Erasmo - Mosrar isso demandaria não uma entrevista mas algumas horas (**Erasmo levanta-se da cadeira e retira um grosso dossiê de documentos xerocados de uma estante e os coloca em cima da mesa**) Isso é pra entender a nossa posição, não precisa nem gravar. Eu sempre costumo dizer o seguinte: é preciso ver o estado de espírito de cada um, da autoridades, as circunstancias em

que ele vive, enfim o negócio é muito complexo pra ser julgado a partir de um ato apenas. É a mesma coisa que julgar alguém no momento em que morre; quando ele morre tem uma experiência anterior. Mas é o seguinte: a medicina preventiva se mostra como a única forma de manter o corpo humano mais vivente, não é isso? Como é que a gente faz? Faz medicina preventiva, exame de fezes, exame de sangue e é o medico que pode detectar, no corpo humano, um estado de degenerescência fruto de condições ecológicas ou biológicas, não é isso? É a tal história: no corpo social, eu, como secretário de segurança, sou uma espécie de médico preventivo; eu tenho, pela minha função, capacidade e obrigação de acompanhar o que acontece. **Exemplo, pra dar uma idéia: durante uma ou duas horas do meu dia, eu só leio panfletos, só leio panfletos. A grande massa da opinião pública não lê panfletos, mas eu leio, eu leio.** É como se fosse um vírus deteriorando o corpo social e o germe desse malfadado partido comunista - apesar de uma grande massa não acreditar nele - é pra mim como câncer. Da mesma forma como no corpo humano o vírus do câncer tende a levá-lo à destruição, esse malfadado germe comunista existe em estado latente e eu o conheço e acompanho profundamente. De modo que a capacidade de análise da conturbação social causada por uma minoria extremamente ativa, maquiavélica, sutil, mas de objetivos bem definidos, eu acompanho vinte e quatro horas por dia e, acompanhando, tenho obrigação de detectar as possibili-

dades e probabilidades que existem de tudo isso levar a consequências desastrosas de conturbação social. Eu tenho acompanhado isso a vida inteira, eu sou partcipe de todo o movimento que tem havido em São Paulo de 1962 até aqui de modo que conheço os fatos e circunstâncias envolvidos, a técnica, a metodologia, o modo de agir dessa gente toda e tenho por obrigação detectá-lo. Infelizmente, quando a gente aponta todos esses fatos determinados setores da sociedade têm por bem não tomar conhecimento, como se fosse uma espécie de vírus natural. Pra mim não é natural não; vírus do comunismo no corpo social é a mesma coisa do vírus do câncer no corpo humano. Eu tenho detectado uma evolução disso tudo desde 1974 e tenho provado que todos esses episódios estão ligados. Prater uma idéia, isso aqui é prova de infiltração comunista estudantil (**Erasmo abre o dossiê que pusera sobre a mesa**), isso aqui eu apresentei à comissão especial de inquérito, está sendo objeto de um inquérito policial em andamento a cargo da polícia federal e da polícia estadual. Verifique-se que este fato não tem causado sensibilidade ou emotividade a quem quer que seja. O episódio da PUC tem sido usado para mascarar tudo isso e transformar quem determina o crime e os indiciados, que sou eu, em indiciado e criminoso. Isso é uma técnica que faz parte de toda a dinâmica. É a coisa mais comum por exemplo que num crime comum, a polícia diga: você é o criminoso e a primeira coisa que ele (o criminoso) faz é dizer que criminoso é a polícia e ele é

uma vítima da polícia. E uma técnica de autodefesa mas que, com o tempo, a própria justiça, na sua sábia interpretação, e a própria opinião pública, põem nos seus devidos termos. É isso.

Repórter - O senhor diz que a infiltração comunista vem crescendo. O senhor diria então que o movimento de março de 64 não foi bem sucedido no combate ao comunismo?

Erasmio - Nunca será bem sucedido no combate ao comunismo porque o comunismo tem uma capacidade de sobrevivência e autopreservação pela sua clandestinidade, pelo seu mascaramento, que por mais que se queira combatê-lo, ele sempre existirá em estado potencial. Inclusive porque é muito difícil combater o comunismo porque as armas que ele usa são armas extremamente sutis, extremamente maquiavélicas e que têm provado à sociedade sua capacidade de durar ao longo do tempo; é o único movimento que não perde de vista sua tentativa de derrubar o regime e de instalar o que eles pretendem, que é essa famigerada ditadura do proletariado. Eles não abdicam dos seus propósitos e eu tenho provas aqui insofismáveis de que isso continua em estado latente. Qual é a minha obrigação? É prevenir, prevenir como? Evitar que isso tome determinadas proporções que a própria pátria brasileira já foi testemunha nos idos de 68 a 72.

Repórter - O senhor acha que todas pessoas que combatem o AI-5, o 477, que defendem a liberdade de expressão são comunistas?

Erasmio - Não em absoluto, em absoluto, em absoluto. Também está aí um dos pontos difíceis porque há determinadas bandeiras que são defensáveis e que pode se entender que são válidas. O próprio presidente da República há alguns dias, ele mesmo, pessoalmente, aceitou que, em havendo alguma coisa que deva ser extinta, não seria anormal (extinguir), é lógico. São modos de autopreservação do próprio corpo social da mesma forma que por trás dessas bandeiras, totalmente desvirtuadas, é que justamente se infiltra o movimento comunista. Dou dois ou três exemplos: **alguém pode ser contra a anistia? Não, todos nós somos favoráveis à anistia e o próprio presidente da República todo ano, de uma forma ou de outra, faz a sua anistia.** Agora, anistia dentro de um consenso geral, de diálogo, de entendimento, de modo que possa alguém ser anistiado de um crime, de um ilícito que tenha feito. Agora você há de compreender que, entre anistia e anistia irrestrita e ampla a todos os presos políticos, não tem nexos. Esta bandeira da anistia ampla e irrestrita se for desfraldada por alguém abre um fosso, um precipício irreversível entre quem a pretende e a revolução de março de 1964. E eu, como um dos seus meros soldados, digo a você: eu não aceito isso e combato isso de arma na mão porque não tem cabimento um troço desses. **Aqueles que nos assassinaram pura e simplesmente dentro da ética comunista de que matam por um direito que têm de fazer justiça, roubam porque não estão roubando, estão expropriando, gente que tem como ética esse comportamento e praticou crimes dentro desse moral, não pode ter a complacência de qualquer ser humano e cristão. É isso.**

Repórter - O senhor se considera um democrata, coronel?

Erasmio - Completamente, completamente.

Repórter - O que é a democracia pro senhor?

Erasmio - Democracia é um conceito muito relativo. É a busca, digamos, assim, na expressão mais simples, da igualdade, da fraternidade, certo? E da própria liberdade. São conceitos que hão, no entanto, que ser postos, entre homens de bom senso, entre homens racionais, entre homens humanos e cristão.

Repórter - O comportamento policial é também às vezes abusivo, não só no caso da PUC mas em dezenas de outras ocasiões. O senhor não acha que este é um tipo de violência que deve ser contida?

Erasmio - Mas é lógico e não temos feito outra coisa. Eu desafio quem quer que seja a me apontar dentro da política de São Paulo um ato de violência, de prepotência, de abuso, de corrupção que não tenha recebido, de nossa parte, repúdio total, inclusive com a entrega dos seus responsáveis à justiça. Me aponte um, aponte um, que eu largo esta cadeira agora.

Repórter - Por falar em largar a cadeira, coronel, se o senhor fosse censurado pelo seu procedimento durante a invasão da PUC, o senhor renunciaria ao seu cargo?

Erasmio - Se eu fosse censurado? Eu não posso ser censurado e não vou ser censurado, não vou ser censurado porque cumpro minha obrigação, agi dentro dos preceitos que tenho por norma agir. **Eu agi legitimamente dentro do uso do poder de polícia que me compete e a que me obriga a lei. Minha ação está livre do juízo, no meu entendimento.**

Repórter - O senhor acha que é a lei que limita e define o poder da polícia ou é a polícia que, de acordo com as circunstâncias, pode descrever a lei a seu modo?

Erasmio - Não, ao contrário, a lei determina inclusive que, em certos casos, no exercício do poder de polícia, se possa praticar algum ato no sentido de quebra da violência por parte de quem pratica o ilícito penal, por estado de necessidade, na legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal. O estrito cumprimento do dever legal garante à polícia um determinado tipo de comportamento. Agora, policial deve estar sempre em condições de pagar pelos excessos durante o cumprimento da lei ainda que ele sempre, quando aja, aja por um dever e por uma obrigação - é o ônus de ser polícia que às vezes é até mal compreendido pela população.

Repórter - Por hipótese, se se fizesse um plebiscito para analisar a invasão da PUC e este plebiscito concluísse que a polícia realmente cometeu excesso de violências, o que faria o senhor?

Erasmio - Bem, há plebiscitos e plebiscitos. Naturalmente o plebiscito não poderia ser feito ao livre arbítrio de quem o faz - e eu evoco inclusive o que aconteceu na comissão especial de inquérito que não chamou uma testemunha que pudesse ser minha testemunha de defesa. Ela foi de objetivos políticos e unilaterais.

Repórter - Mas ela tinha membros da Arena também...

Erasmio - O problema dos membros da Arena, se o senhor não sabe, é bom que saiba, os membros da Arena não foram indicados pela Arena, foram indicados pela mesa e, além do mais, sendo maioria o MDB na Assembléia Legislativa, o problema político sempre ficará ao sabor dos determinismos políticos do MDB... **Erasmio dá uma risada** e eles toram maioria,

eram três contra dois (da Arena) politicamente o MDB sempre tomará, em qualquer circunstância, decisões fruto de sua posição política. E digo mais: o líder, o líder do MDB na Assembléia, um dos integrantes da mesa, me disse, em alto e bom som: coronel, se o movimento estudantil quer derrubar o regime e o senhor acha que ele praticou o ilícito penal, eu quero dizer, em alto e bom som, que eu, como líder do MDB, também quero derrubar o regime. Ora, meu amigo, se derrubar o regime é uma atitude lícita para o MDB, eu disse pra ele: se o senhor quer derrubar o regime, eu quero resguardá-lo, então já se vê que são posições inteiramente diversas: o MDB quer derrubar o regime, eu tenho por obrigação defendê-lo e o defendo à luz da lei. Agora, o problema da lei não comete a mim julgar.

Repórter - O senhor acha então que existe alguma relação entre o MDB e o movimento estudantil?

Erasmio - Não vou chegar a tanto e identificar o MDB com o movimento estudantil. Eu estou identificando é a comissão especial de inquérito que quando se instituiu teve como objetivo proposto por ela mesma adquirir elementos pra me enquadrar como indiciado por abuso de autoridade. Já foi preterido isso. Agora, por que? Se lá mas é o que eu digo sempre, em nenhum momento sequer a comissão tomou conhecimento de todos os ilícitos penais e de todas as irregularidades administrativas existentes à luz do decreto 228, do decreto 477 e da lei de segurança nacional que, bem ou mal, pra mim estão em vigor. E me causa estranheza que diante dos ilícitos praticados por elementos que foram incursos nos dispositivos destas três leis fossem arumar uma outra pra me incriminar. É esta unilateralidade que eu estranho... me julgar criminoso diante de uma série de crimes praticados por outros, isso, sinceramente, é radicalismo.

Repórter - Como é que se pode compatibilizar o cumprimento das

leis (atuais) com o direito democrático à livre manifestação?

Erasmio - Livre manifestação de que?

Repórter - De idéias políticas.

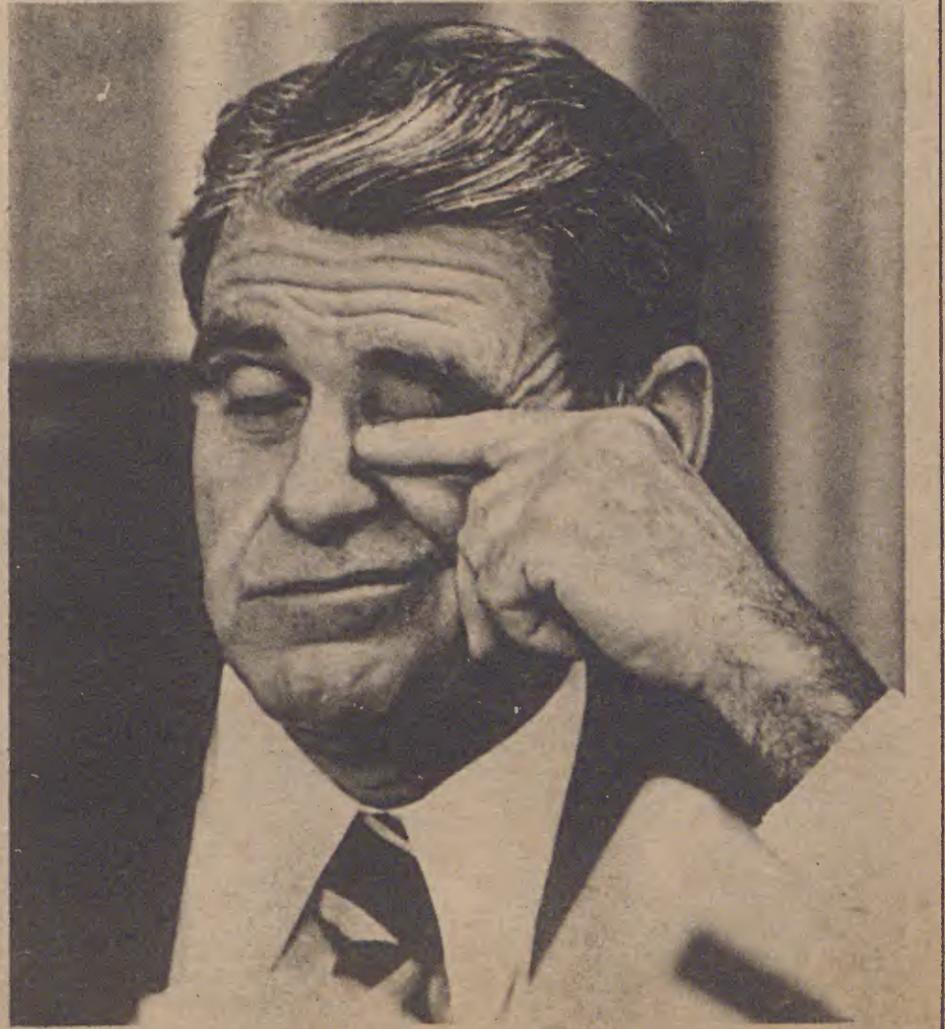
Erasmio - Derrubar o regime eu não aceito, eu não aceito, eu não aceito.

Repórter - O senhor acha então que os estudantes têm poder pra derrubar o regime?

Erasmio - Poder pra derrubar o regime ninguém tem e ninguém tem porque, da mesma forma que alguém possa estar ciente e consciente de que deva derrubar o regime (**Erasmio dá uma risada**), nós estamos cientes e conscientes de que devemos defendê-lo e vamos defendê-lo e nessa causa é ponto pacífico que seremos vitoriosos. Quando eu fui à Assembléia eu perguntei aos deputados: vocês acham que a Constituinte que vocês querem é a mesma que eles (os estudantes) querem? Se acham estão completamente enganados, é só ler os panfletos deles, eles não querem dialogar, querem é desafiar, contestar o governo e isso não podemos aceitar. É claro que eles não vão derrubar o governo, não vão conseguir isso mas perturbam a ordem, intranquilizam, eles não querem conversa, diálogo, veja isso aqui (**Erasmio mostra um dossiê de jornais estudantis com alguns trechos sublinhados**), veja só as expressões que eles usam, ditadura, burguesia, abertura não será feita por generais, assim não é possível, quem é que pode aceitar uma coisa dessas. Diálogo, abertura, Constituinte, ninguém pode ser contra essas coisas mas é preciso ver que existem nuances que alguns estão usando essas coisas pra fazer agitação e nós, que temos a missão de proteger o regime, não podemos tolerar isso.

Repórter - E como então, coronel, compatibilizar a abertura com esse estado permanente de alerta?

Erasmio - Aí é que está o grande problema, nós temos que encontrar os meios para combater o terrorismo comunista, para ter possibilidade de proteger a sociedade contra



ele, essa é a nossa tarefa.

Repórter - O senhor não acha que a sociedade como um todo devia ser consultada sobre os meios que ela acha convenientes para se proteger?

Erasmus - A sociedade como um todo? toda a sociedade? Como assim? Isso é impossível, você não pode consultar toda a sociedade, isso é trabalho específico, exige que as pessoas saibam o que estão fazendo, que meios você teria para consultar toda a sociedade?

Repórter - Votação direta e universal.

Erasmus - Isso é demagogia, é utopia; quando você tem uma doença, quem é que você chama, um médico ou um pintor? Um médico é claro, ele sabe como proteger o seu organismo, é especializado no assunto.

Repórter - As salvaguardas então deveriam ser escolhidas pelo poder policial, que é encarregado de pô-las em prática?

Erasmus - Lá vem você com a polícia outra vez. Polícia, polícia, vocês vivem falando da polícia como se ela fosse culpada de tudo, como se ela exorbitasse sempre de suas funções e por isso estivesse sempre no banco dos réus. Essa tática é conhecida, transformar o acusador em acusado para denegrir-lo diante da opinião pública. A polícia não tem nada a ver como este assunto. Eu digo é que apenas uma parcela qualificada da população esta preparada para falar, decidir sobre este assunto, não adianta encher a boca e dizer que toda a população devia escolher as salvaguardas.

Repórter - Que parcela da população está qualificada então?

Erasmus - Ué, não tem lá um congresso que bem ou mal foi escolhido pelo povo não são eles os representantes do povo?

Repórter - O senhor acha que o Congresso deve escolher as salvaguardas?

Erasmus - Claro, é ele que pode fazer isso.

Repórter - O senhor é a favor ou contra torturas, coronel?

Erasmus - Nenhum ser humano pode ser a favor de torturar, pelo amor de Deus, isso até é pergunta que eu não aceito, como é que alguém pode ser a favor de torturas?

Repórter - Como meio pra obter um tipo de informação valiosa em determinado momento.

Erasmus - Tortura é sinônimo de burrice, de despreparo, de estupidez de quem acha que, através da tortura, possa tirar de um ser humano alguma coisa que seja válida e digo até em termos jurídicos: a prova confessional que possa ser obtida através de tortura não tem valor absolutamente nenhum perante a justiça. De modo que eu tenho cansado de falar: é burrice, quem tortura alguém - eu digo tortura até uma simples bofetada - pra tirar de um pretense indiciado alguma confissão, mostra que é burro e além do mais mostra que é despreparado e prepotente porque nós temos condições necessárias e suficientes para, através de investigações, de pertinácia, de persistência e de uso de tudo aquilo que a capacidade humana dá pelo seu intelecto, de detectar quem seja ou não seja criminoso.

Repórter - O que o senhor acha da abertura democrática, da distensão?

Erasmus - Eu acho que isso é natural. A nossa revolução surgiu, fruto de circunstâncias, estabeleceu algumas restrições, isso é fato notório,

temos a impressão de que, a cada dia que passa, desde que haja diálogo entre homens racionais, entre elementos dos mesmos princípios - quando eu digo princípios, eu digo princípios humanos, cristãos, boa vontade pra acertar - nós melhoraremos isso. Mas com radicalismo, com posições extremadas, particularmente daqueles que, não sei porque cargas d'água, resolveram contestar tendo como objetivo capital derrubar o regime que eles jamais vão conseguir e vão estabelecer cada dia mais fossos intransponíveis entre aqueles bem intencionados que realmente entendem que tudo no futuro pode ser aprimorado na busca da justiça e da paz social.

Repórter - O senhor tem alguma proposta para acabar com os comunistas?

Erasmus - Não tenho porque isso não se acaba. Se alguém um dia descobrir como acabar com o vírus do câncer no corpo humano, acredito que possa ter descoberto alguma coisa que acabe com o vírus do comunismo no corpo social. Mas enquanto o corpo humano não tiver armas necessárias e suficientes para evitar as causas do câncer, o corpo social não terá armas suficientes para evitar o malfadado vírus comunista.

Repórter - Há algum tempo, soube-se de uma reunião sua com empresários paulistas na Federação do Comércio durante a qual o senhor teria feito ver a necessidade de que eles continuassem a contribuir com recursos para manutenção do aparelho policial, especificamente da Operação Bandeirantes. O senhor confirma esta reunião? Houve ou está havendo alguma iniciativa nesse sentido?

Erasmus - Olha essa pergunta, desculpe aí o jornalista, mereceria até que eu mandasse processá-lo. Esta pergunta além de descabida, é deslavada, é uma mentira, é uma falsidade por vários motivos: primeiro porque eu não tenho absolutamente nada a ver com a Operação Bandeirantes, eu sou secretário da segurança pública. Doi-Codi (Departamento de Operação Internas e Comando de Defesa Interna) e Operação Bandeirantes são órgãos do II Exército a quem cabe responder por eles. Já se tem aí, portanto, um posicionamento falso e mentiroso - e além do mais não tem nexo uma coisa desse tipo.

Repórter - O senhor desmente que, em algum momento, tenha havido uma reunião como essa?

Erasmus - É lógico. Eu participei de uma reunião na Federação do Comércio, presidida pelo Papa (José Papa Júnior) no sentido de nós, a polícia e os comerciantes, estudarmos algum modo de nos darmos as mãos para combater o crime de modo geral. Inclusive nessa reunião jamais foi tratado o problema comunista ou coisa que o valha...

Repórter - E não houve nenhuma menção à necessidade de os empresários contribuírem para a manutenção do esquema?

Erasmus - Pelo amor de Deus, isso não tem nexo, não tem nexo.

Repórter - Nos últimos tempos tem se dado muita ênfase à necessidade de aumentar a segurança nacional em detrimento mesmo da segurança dos cidadãos. O senhor não acha que está na hora de se pensar mais na segurança dos cidadãos do que na segurança nacional?

Erasmus - A lei de segurança nacional, em que pesem alguns aspectos que podem ser postos em dúvida - e eu aceito que possam ser - ela tem o primeiro artigo, que pra

mim é sábio: todo cidadão é responsável pela segurança nacional no âmbito de suas atribuições. A segurança do cidadão é alguma coisa colocada no contexto da segurança interna, da segurança nacional. Qualquer cidadão de bom senso há de entender que até sua segurança física, da sua pessoa, do seu patrimônio, dependerá muito mais dele do que da polícia. Da mesma forma, o equilíbrio social para fazer frente ao vírus comunista depende de comportamento ideológico, de humanismo, de espiritualismo, de cristandade e de democracia social que cada indivíduo tenha que ter.

Repórter - o "habeas corpus" não é o instrumento (jurídico) fundamental de segurança do cidadão?

Erasmus - Acho que sim, acho que sim. Colocado nos devidos termos, acho que é extremamente válido, desde que seja colocado nos seus devidos termos.

Repórter - Quais são os "devidos termos"?

Erasmus - Todo aquele que pratica um crime dentro do moral comunista pra mim não tem direito nem a "habeas corpus" nem a coisa nenhuma. É preciso, eu repito, que nós tenhamos no nosso meio social regras de comportamento lógicas, racionais, humanas e cristãs, uma espécie de denominador comum de comportamento. Aquelas que têm como comportamento, repito, esse dois slogans, matar é fazer justiça, roubar é apropriar, sinceramente este cidadão não tem nem o direito de viver no meio social ao qual ele pertence, quanto mais ao "habeas corpus".

Repórter - Coronel, quando a polícia é violenta, abusiva, ela não é também nesse momento um vírus?

Erasmus - A violência é nata na sociedade. Agora, há que entender o seguinte: é a polícia, por dever de lei, o órgão que a sociedade descobriu, ou instituiu, para fazer frente aos atritos sociais, aos atos anti-sociais, aos ilícitos penais. Então pro senhor ter uma idéia, vamos usar números: na Grande São Paulo diariamente a polícia atende cerca de mil ocorrências das quais 50 ou 60% independem da ação policial, mas a polícia é chamada a intervir por solicitação da própria população. A polícia então trabalha diariamente com o que a sociedade tem de mais agressivo, de mais atritante. Então a violência policial nasce muitas vezes da própria natureza da ação policial enfrentando esses atritos sociais. Eu até costume usar um exemplo muito simples: todos nós, todo cidadão, todo ser humano, ele tem dentro de si certas qualidades de caráter, digamos assim, de personalidade, de formação do seu ego, fruto do berço de onde ele vem, não é isso? Cinquenta por cento é. O policial vai pra academia de polícia e adquire ali 20 a 30% de qualidades intrínsecas da profissão que ele abraçou. O resto, 20 ou 30% ele desenvolve na praticidade diuturna, no enfrentar esse mundo cão do ilícito social. O que ocorre, às vezes, é que na prática social de enfrentar o atrito social, que é violento por natureza, o policial, fruto do berço em que nasceu, tem, digamos assim, qualidades, aliás, desqualidades não é de prepotência, de um arbítrio desmesurado e vai fazendo a lei com estas desqualidades e se torna então um elemento pernicioso, praticando certos atos que nos obrigam a botá-lo pra fora. Pra você ter uma idéia, desde que eu sou secretário de segurança, nesses quatro anos, já botamos na rua, ou já botamos pra fora, só na Polícia Militar, 3 mil

policiais, na média de três por dia. Nós, portanto, depuramos o nosso próprio corpo social por existir dentro dele elementos despreparados, que é natural que existam numa corporação de 70 mil homens aqueles que, fruto do berço, não tem condições de serem policiais. Querer generalizar que a polícia é violenta pelo ato violento de um ou outro policial, sinceramente é perder a noção do essencial e ficar com o supérfluo.

Repórter - O senhor acha então que deve haver um poder superior à polícia que fiscalize a ação policial?

Erasmus - Mas tem a Justiça, meu Deus do céu. É a obrigação dela...

Repórter - E o legislativo?

Erasmus - Não. Não quero discutir o mérito do legislativo, mas o legislativo, queira ou não queira, sempre será político e a política não é uma boa justiça.

Repórter - Mas o senhor, como secretário de Estado, ocupa um posto político e o juízo sobre seu procedimento será sempre um juízo político, ou não?

Erasmus - Quem julga a minha ação de polícia, fruto das leis de que eu tenho que ser servo, é única e exclusivamente a justiça.

Repórter - Na sua opinião, já chegou a hora de os militares voltarem aos quartéis?

Erasmus - Pra mim militar nunca terá que voltar ao quartel porque nunca saiu dele...

Repórter - Voltar no sentido de se afastarem do exercício do poder político direto.

Erasmus - Aí eu não seria o homem indicado pra responder isso, mas dentro do contexto geral de estarmos numa revolução - há que se entender, isso é o óbvio ululante que pouca gente entende: os atos que aí estão são taxativos em caráter que, de 1964 pelo menos até o dia de hoje, nós estamos numa fase revolucionária e uma revolução até relativamente tranquila; diante das revoluções que o mundo tem assistido, a nossa tem sido tranquila. Mas parece que tem gente que não entende isso, que nós estamos numa fase revolucionária e se ela existe é porque, pelo julgamento dos responsáveis pelo próprio governo, há que se ter determinados tipos de instituições para manter esta revolução até que ela consiga atingir seus objetivos.

Repórter - O senhor acha então que os instrumentos de exceção devem ser mantidos?

Erasmus - Enquanto existirem as causas que podem gerar dentro do corpo social fatores de intranquilidade, eu sou daqueles que sem discutir a forma, não discuto o método particularmente, discuto o mérito, o mérito - acha que o mérito é que nós estamos diante de uma revolução latente e ela deve ser continuada, deve ser preservada, deve se auto-garantir na defesa do que nós entendemos como sendo ordem e tranquilidade. E eu já disse: nós é que temos a capacidade de detectar quais são os vírus que existem. Na medida em que esses vírus forem eliminados, em que eles se transformem em (doenças mais simples) artrite, bronquite, não precisará haver instrumento nenhum de exceção. Mas enquanto o vírus existente for tipo câncer, infelizmente, de forma ou de outra, a nossa sociedade, o nosso regime, deverá ter mecanismos para se autodefender. O método, sinceramente eu não sou legislador, não entendo disso, não sei se deva ser dessa ou daquela forma. Eu discuto o mérito: deve haver

sim (instrumentos de exceção).

Repórter - O senhor discorda então do presidente Geisel quando ele diz que a nação está apaziguada que desapareceram os fatores de intranquilidade, e que, portanto, os instrumentos de exceção podem ser abandonados?

Erasmus - Quem sou eu pra discutir o mérito do que diga o presidente da República. Eu sou apenas um soldado e quando digo que estou detectando aqui, em mãos a existência de um vírus naturalmente que eu tenho que defender que deva existir um modo de enfrentar esse vírus. De modo geral nós temos paulatinamente, desde 1964, avançado no sentido de os fatores de intranquilidade irem desaparecendo - e acredito que estejam desaparecendo. Mas eu acho também que o repórter leu errado. O presidente da República tem dito e repetido que a revolução deve se munir dos instrumentos de salvaguarda necessários à manutenção do equilíbrio social. No mérito eu tenho certeza absoluta que eu e o presidente estamos de acordo em gênero número e grau, isso é ponto pacífico.

Repórter - Se o presidente revogasse o AI-5, o 477, concedesse liberdade para organização partidária, fizesse retornar o "habeas corpus", o senhor consideraria isso uma porta aberta ao comunismo ou garantia efetiva de democracia?

Erasmus - A decisão do meu Presidente eu não discuto, eu sou um soldado leal, sincero, se um dia ele, por acaso, tomasse essas decisões é porque ele teria elementos necessários e suficientes pra tomar essas decisões. Eu apenas acataria, isso é ponto pacífico.

Repórter - O que é melhor pro Brasil, hoje: distensão ou manutenção dos instrumentos revolucionários?

Erasmus - Eu acho que um passo a frente nisso tudo no sentido de mostrar que a nossa revolução pretende chegar a objetivos mais democratizantes, é válido, nós não podemos retroagir, nós temos sempre que evoluir; eu acho que é válido mas com as devidas cautelas, eu sou do tipo papagaio, só dou um pé depois que estiver bem sentado. O meu campo de ação é muito pequeno para avaliar os fatores todos envolvidos. Mas não vejo maiores problemas em tentar o que chamam aí de abertura, distensão desde que seja feita com os devidos cuidados pra evitar que, amanhã ou depois, nós tenhamos que fazer outra revolução - e faremos tantas quantas forem necessárias, isso é ponto pacífico, certo? - porque nós estamos cientes e conscientes de onde viemos e pra onde vamos.

Repórter - Os estudantes seriam uma camada com maus propósitos?

Erasmus - Eu vou dar um exemplo: se o estudante procurasse ele próprio arregimentar forças democráticas nesse sentido humano, cristão, de darmos esse exemplo ao mundo, de que nós já estamos em condições de nós mesmos decidirmos nosso destino, nós seríamos os primeiros a dar as mãos à ele. Mas é o que eu disse a você, quando alguém me vem com "liberdade democrática" e com a bandeira da anistia irrestrita e ampla para os presos políticos, nós não podemos conversar, não há condições de conversar, com esta bandeira não converso com ninguém.

Repórter - Quem poderia ser anistiado?

Erasmus - Alguém poderia ser anistiado, é lógico, alguém poderia ser anistiado eu também concordo,

concordo, muita gente poderia ser anistiada, muita gente poderia ser anistiada. Aí, bom, eu não vou responder... quem tenha praticado crimes como se praticou de 68 a 72, tirando vidas, assassinando, esses não são presos políticos coisa nenhuma, pô, são assaltantes, terroristas, mataram gente aí de um modo cruel, desumano, como é que nós podemos compactuar com gente desse tipo? Seria uma luta ingrata você enfrentar alguém que usa certas regras de comportamento que fogem à ética e à moral. Eu não posso enfrentar essa gente. Você concorda que alguém pode fazer justiça pelas próprias mãos, dizendo que tem direito de fazer justiça, meu Deus do céu? Esses rapazes que estão presos aqui no Barro Branco (em São Paulo) mataram desse jeito. Eu posso concordar com gente desse tipo? Enquanto essa gente existir, não for repudiada pela sociedade inteira, a sociedade não está vacinada, a sociedade precisa se vacinar e eu falo isso vinte e quatro horas por dia. Eu aceito até o crime comum que possa ser praticado por um desajustado, um complexo, um frustrado, um subdesenvolvido, que na sua inconsciência, na sua ignorância, no seu estado de necessidade possa praticar um crime fruto da sua alienação de condições físicas e morais. Mas a alienação comunista eu não posso aceitar, não posso aceitar e não aceito. O dia em que eles (os comunistas) não forem mais perigo para nossa sociedade, não precisa revolução, não precisa coisa nenhuma; nós podemos instituir nesse país a democracia social mais linda do mundo.

Repórter - A ênfase dada ao combate ao comunismo para garantir a segurança nacional tem produzido algumas formas ilegais de violência, como seqüestros, que partem do próprio aparelho policial por meios clandestinos. Tem-se notícia de pessoas, no Rio e em São Paulo que foram seqüestradas por grupos que se denominavam braços clandestinos da repressão. Não será este também um vírus canceroso?

Erasmus - Câncer por câncer, todos são câncer...

Repórter - O senhor concorda com a existência desses grupos? Admite que eles existam?

Erasmus - Vamos deixar claro: cada um de nós tem capacidade de responder. Eu respondo pela minha

pasta e posso falar de tudo isso desde que assumi a pasta; não posso responder pelo que tenha acontecido fora de minha gestão. Eu me excuso então porque é um assunto que eu desconheço. Em termos gerais, uma coisa não justifica a outra mas é preciso entender também que a guerra, no seu lato senso, tem regras e alguém discutir regras de guerra, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus. Então, de 68 a 72, do qual eu fui apenas um soldado, eu assisti, tomou parte em muitos atos desse tipo. Agora querer dentro desse comportamento genérico...

Repórter - O senhor tomou parte em atos de que tipo?

Erasmus - Eu tô dizendo a você, meu amigo, vou te contar um exemplo: eu vi assassinar um tenente, certo? A poucos metros de mim, em que amassaram a cabeça de um tenente depois que um juri de três pessoas, seu Carlos Lamarca entre eles, resolveu fazer justiça. Amassaram a cabeça dele como uma folha de papel e um cabo de fuzil...

Repórter - O senhor nunca viu o contrário, quer dizer, a polícia matando um prisioneiro político?

Erasmus - Eu não vi, eu não vi, me aponte um, esse eu vi porque fui testemunha...

Repórter - Herzog...

Erasmus - É uma mentira deslavada...

Repórter - Manuel Fiel Filho...

Erasmus - Isso é uma mentira deslavada. A morte deles não ocorreu em dependências minhas mas eu sou testemunha porque assisti a necropsia de todos eles; eles se suicidaram. Apontar eles como tendo sido assassinados é uma afirmação caluniosa, insidiosa, mentirosa e malévola.

Repórter - Coronel, o senhor tem sido considerado como uma personalidade autoritária. Na sua família é o senhor também autoritário, do ponto de vista político? O senhor coibiria que seu filho, como estudante, tivesse idéias de esquerda, por exemplo?

Erasmus - Eu já disse claramente: não coloco idéias de esquerda e de direita como posicionamento político. Eu sou visceralmente contra todo aquele que tenha usado da ética e do moral comunista. Meus inimigos são os comunistas, certo? Querer caracterizar todo aquele que tem posições discordantes de mim, em absoluto, em absoluto. Po-

dem discordar de mim, podem tomar essa ou aquela decisão política, que eu aceito e acho perfeitamente válido. O que eu não aceito é a posição ideológica do comunista ou daqueles que, de uma forma ou de outra, direta ou indireta, alimentam diuturnamente os mesmos objetivos.

Repórter - Quando o senhor faça em comunistas, o senhor estabelece algumas diferenças entre eles? Para os chineses, por exemplo, o principal inimigo é a União Soviética, coisas desse tipo. Para o senhor existem diferentes facções de comunismo no Brasil?

Erasmus - Olha, comunista da China da Rússia, comunista de quem quer que seja eu até aceito, até concordo com eles; o que eu não aceito é comunista aqui na minha terra, isso eu não aceito, eles falam diariamente que isso é ditadura, não é democracia e não fazem outra coisa senão querer derrubá-la, isso eu não aceito. Por que não se mudam? Vão para Cuba e deixam a gente viver em paz, certo? É isso, o dia em que a gente meter na cabeça que eles não vão conseguir coisa alguma, quando a própria população entender que não pode alimentar essa meia dúzia de ignorantes, entendeu? De esquizofrênicos, sejam fascistas disfarçados ou comunistas transviados, eles é que conturbam. Temos de colocá-los nos devidos termos pra que possam realmente dar um, dois ou três passos adiante.

Repórter - Em família o senhor admite e estimula o debate de idéias políticas?

Erasmus - Não só em família como em qualquer lugar, eu estimulo, gosto de debater. Apenas não dialogo com comunista porque com comunistas não se pode dialogar, pô. É isso.

Repórter - Coronel, se o partido comunista fosse legalizado, o que... Erasmus (exaltado) - Eu saía de arma na mão, de arma na mão, de arma na mão...

Repórter - Mas, coronel, se a iniciativa partisse...

Erasmus - Não quero saber, não quero saber, se o partido fosse legalizado eu saía de arma na mão...

Repórter - E se a iniciativa partisse do governo?

Erasmus - Já disse que isso eu não discuto: eu saía de arma na mão e pronto, acabou. É isso, saía de arma na mão.



Matança de Estado

"Matança de Estado" é um livro feito por um grupo de jornalistas italianos independentes. É um exemplo de como os profissionais da informação, "com a ajuda de advogados, operários e diversos companheiros", podem influir decisivamente na vida política do País, contestando com dados a verdade oficial.

Em 1975, os anarquistas italianos foram acusados de um atentado que matou 16 pessoas em Piazza Fontana. Dois meses depois, esta versão oficial foi negada pela publicação do livro Matança de Estado, que responsabilizava os facistas, garantidos pelos serviços secretos e com o apoio de políticos e até homens de governo. Atualmente, os verdadeiros envolvidos estão sendo processados. Entre eles, Mariano Rumor, então presidente do Conselho de Ministros, também processado por suborno da Lockheed.

Gabrielle Inverzzini, repórter do semanário *L'Espresso*, foi um dos que participou da realização do livro. Em depoimento ao *Repórter* contou como os jornalistas se organizaram para desvendar o caso.

"No dia 12 de dezembro de 1969, na Piazza Fontana de Milão, explodiu uma bomba no Banco Nacional da Agricultura, matando 16 pessoas e ferindo várias outras. Ao mesmo tempo, explodiram outras cinco ou seis bombas. Duas ainda em Milão e três ou quatro em Roma. Esta não matam ninguém, mas fazem alguns feridos. Imediatamente, e quando digo imediatamente digo uma hora depois, já existe a verdade oficial sobre quem executou esses atentados. Os anarquistas, segundo a Polícia de Milão.

No dia seguinte, começou a caça aos anarquistas. O primeiro a ser preso em Milão foi um ferroviário que se chamava Giuseppe Pinelli. Foi preso em 13 de dezembro e dois dias depois, à noite, Pinelli morre na Polícia Central de Milão, caindo de uma janela. Segundo a versão oficial, Pinelli, se suicidou, mas as investigações que foram feitas depois não afirmavam que Pinelli tinha se suicidado. Parece que Pinelli foi jogado pela janela.

Neste clima, um clima próprio de caça às bruxas, participou desde o Governo até o órgão oficial do Partido Comunista Italiano, o *L'Unità*, que naqueles dias saíra com manchetes do tipo "Foram os anarquistas". Um outro anarquista, Pietro Valpreda, foi apontado como o autor do atentado, passando a ser tratado como um monstro.

Mas 12 horas depois, reúne-se um grupo de jornalistas de esquerda, evidentemente, que escreve um manifesto, no qual diz que não aceita a versão oficial, não acredita que Pinelli tenha se suicidado e assim por diante. Era bastante evidente que a verdade era outra.

Aquele era o momento máximo da conhecida "Estratégia da Tensão", na Itália. Que coisa era a "Estratégia da Tensão"? Era uma estratégia feita segundos os critérios de guerra psicológica, que tinha vários pontos de referência:

1. Os serviços secretos, em particular, a CIA.
2. Na base principal da CIA na Europa, que, naquele momento era a Grécia dos coronéis.
3. Uma série de forças e homens políticos italianos que estavam interessados em provocar uma volta à direita no país - não esqueçamos que estávamos no inverno de 1969, isto é, o momento em que a grande massa do movimento estudantil se liga à oposição e às lutas operárias, tendo produzido o chamado "Outono Quente".

A bomba explodiu quando se deveria assinar o maior contrato nacional de trabalho, que era o dos metalúrgicos. Um momento social de tensão, de luta de classe.

O primeiro movimento dos jornalistas foi redigir aquele manifesto, que contou com a assinatura não só de jornalistas, mas também de outros intelectuais. Esse manifesto foi publicado nos jornais. O segundo

movimento foi um pouco mais articulado e complexo, pois, a partir da bomba da Piazza Fontana, começa em todo o país um aparato repressivo que envolve, não só os anarquistas, mas o movimento estudantil, os sindicatos, os intelectuais, os homens políticos, os militares. Uma verdadeira caça à esquerda. Dou um exemplo: em Gênova, foram presos companheiros marxistas-leninistas e no mandato de prisão estava escrito que em suas casas foram encontradas obras de Mao-Tsé-Tung. Assim se vê qual era o nível de histerismo.

Ora, diante desse clima, a saída para os jornalistas democráticos foi a formação de um grupo compacto que conseguiu coordenar tudo. Em primeiro lugar era preciso obter as informações que existiam para que fosse possível entender a política dessa repressão. Em segundo lugar, de posse destas informações, se iniciou a contra-informação, ou seja, as informações não oficiais.

A conta-informação tem muitos aspectos. Quando se prendia um companheiro de Parma, investigávamos e informávamos porque ele foi preso realmente. Se colocavam na prisão um intelectual, íamos ver o que havia por baixo disto. Assim, nasceu em Milão e Roma um movimento de jornalistas democráticos disposto a lutar pela liberdade de imprensa e contra a repressão. Naturalmente, o objetivo era descobrir a verdade sobre a "Matança da Piazza Fontana". A contra-pesquisa que deveria ser feita era muito difícil, muito complexa. Mas acredito que, pela primeira vez na Itália, conseguiu-se montar um mecanismo em que a contra-informação não era feita apenas pelos profissionais da informação, os jornalistas. Ao lado do jornalista estava uma série de companheiros, de militantes, de amigos, de intelectuais, de operários. E foi com esse tipo de organização que nasceu a contra-investigação sobre a matança da Piazza Fontana. No espaço de dois meses de trabalho, esse grupo apresentou o livro que levou o título de "Matança de Estado".

O livro saiu no final de abril e em poucas semanas chegou a vender mais de 120 mil exemplares. Foi a primeira resposta orgânica à verdade oficial. O que ficou demonstrado nesse livro?

1. Que os anarquistas não tinham nada a ver com a história.
2. Que foram em cima dos anar-

quistas implesmente porque eram a parte mais exposta, mais débil de toda a esquerda italiana.

3. E, finalmente, se abriu uma pista diferente, que mostrava que o negócio estava com os fascistas, envolvidos com os serviços secretos. Não só o Serviço Secreto Italiano, mas também a CIA e os políticos da Democracia Cristã e do Partido Social Democrático.

O fato é que o livro aproximou-se bastante da verdade. Esta verdade que hoje todo mundo está conhecendo e que envolve membros do governo italiano. O livro, inclusive, ajudou em muito todos os inquiridos que passaram a ser feitos sobre a Matança da Piazza Fontana.

A partir do momento em que o grupo de jornalistas começou a investigar sobre o atentado da Piazza Fontana, aconteceram alguns problemas (não com todos), em relação aos jornais onde trabalhavam. Mas o fato é que esta tomada de posição pública, a nível de grupo de opinião, da parte de um grupo de jornalista significava, também, para cada um dos jornalistas, levar o caso a seus jornais e publicar as reportagens. O resultado é que conseguimos, de maneira geral, influir na própria linha do jornal.

Alguns jornais foram aceitando aos poucos essa realidade, inclusive o *L'Unità*, órgão do Partido Comunista, que defendia a versão oficial do governo. Sobre a chamada imprensa burguesa, ela entrou na verdade com um atraso de pelo menos um ano. O *Corriere della Sera*, por exemplo, foi durante muito tempo o porta-voz da linha filo-governista.

Em 1969, a situação da imprensa italiana era muito deprimente. O *Corriere della Sera*, o maior jornal, era órgão da burguesia lombarda, milanesa. O Sindicato dos Jornalistas era um órgão apenas burocrático, que tinha como única finalidade salvaguardar os privilégios da classe. Para se ter uma idéia, a condição do jornalista na Itália é uma das posições mais privilegiadas do mundo.

O Movimento dos Jornalistas Democráticos nasceu com o apoio de uma série de homens políticos e ignorando completamente o Sindicato. Então, por uma série de razões, era importante a criação do movimento. Nos reunimos num restaurante, em quatro ou cinco, e, depois, o Partido Socialista nos emprestou uma sala para que pudessemos trabalhar. E na primeira reu-

nião do movimento compareceram 150 jornalistas.

Mas uma das nossas preocupações foi abrir as portas do movimento a todas as pessoas ligadas, de alguma maneira, com a informação: os advogados democráticos, os magistrados democráticos, os sindicalistas, intelectuais, professores universitários.

Bem, a partir daí iniciou-se a coleta de informações e a realização do livro "Matança de Estado", que foi escrito por um jornalista profissional, mas que, no fundo, não fez mais do que transcrever todas as informações conseguidas por uma série de pessoas não jornalistas. E até hoje o Serviço Secreto Italiano não soube quem escreveu o livro. Mas por que o título "Matança de Estado"? Porque, a partir das análises feitas, chegamos a conclusão de que foi uma matança feita pelo Estado.

A partir do momento em que nós começamos a nos preocupar com a bomba da Piazza Fontana, o serviço secreto passou a nos seguir 24 horas por dia. Oficialmente, fomos saber disso alguns meses atrás, quando a imprensa publicou uma lista dos jornalistas vigiados pelo serviço secreto. Mas, além de um ou outro telefonema ameaçador, tudo que o serviço secreto fez foi perder seu tempo. Se você chegar a um deles e perguntar quem escreveu o livro ele não vai saber responder. Mas é claro que, muito antes disso, nós sabíamos que estávamos sendo seguidos e vigiados e, por isso, tomávamos certos cuidados. Estes cuidados foram suficientes para nos deixarem muito tranquilos porque a experiência de trabalho clandestino na Itália é muito grande. Afinal, debaixo do fascismo não se fazia outra coisa e isso é uma escola. Na Itália, a capacidade de realizar um trabalho clandestino é automática.

Com o livro publicado, a magistratura italiana, que era muito independente, começou a investigar o caso. A primeira conclusão oficial foi de que os anarquistas eram absolutamente inocentes. Que os responsáveis pelo atentado foram os fascistas, aliados ao Serviço Secreto Italiano. Em um trabalho de provocação feito com a garantia, com a cobertura de um órgão do governo, além do apoio dos partidos fascista (Movimento Social Italiano), Democrata Cristão e Social Democrata.

Os dois responsáveis diretos pelo atentado foram os fascistas Freda e Ventura. O elo entre eles e o serviço secreto era um jornalista fascista, que trabalhava no serviço secreto, Guido Gianettini, que está preso. E conforme foram caminhando as investigações, descobriu-se que estavam envolvidos o então Ministro do Interior, o então Presidente do Conselho de Ministro, Mariano Rumor, e vários homens políticos e homens do governo.

O importante, para os jornalistas, no momento do atentado, foi que houve uma resposta de classe imediata à verdade oficial. Tanto que, no enterro das vítimas, conseguiu-se a mobilização de cem mil pessoas em Milão, entre às quais estavam os operários com os seus macacões azuis, sua roupa de trabalho. E nós temos que considerar que o Partido Comunista ainda insistia na "versão" anarquista. Mas comparecendo em massa, os operários mostraram ao partido que não estavam de acordo com a verdade oficial.

Depoimento a Chico Junior



A HISTÓRIA SECRETA DA DITADURA DOS CARTÉIS

O que acontece a um industrial de um país subdesenvolvido que resolve lutar pelo seu negócio, pelo direito de vender e comprar livremente, e que nunca exigiu nada mais que o respeito as regras elementares do capitalismo?

Durante mais de três horas Rudolf Kurt Mirow — diretor da Codima e autor do livro "A Ditadura dos Cartéis" — contou sobre suborno, intimidação, roubo, violência, má fé, prepotências. E nós ouvimos, perplexos, uma história digna de uma série de espionagem para tv. Com um agravante: os personagens são reais.

Passeiam pelas ruas do Rio e São Paulo. Frequentam os gabinetes atapetados de respeitadas multinacionais. Falam de ministros com intimidade. São capazes mesmo de façanhas prodigiosas: parcelar o pagamento de uma dívida com o INPS até o ano 2.170.

Um livro foi censurado antes de ser editado. Um cidadão processado pelo que não disse. Essas coisas aconteceram e quisemos saber por que? Perguntamos e a resposta foi muito além do que imaginávamos.

Reporter — Em dezembro de 1971, você entrou com uma representação contra a Indústria Elétrica Brown Boveri no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão do Ministério da Justiça encarregado de reprimir o abuso do poder econômico. Ao que parece, aí começa a história da apreensão do teu livro.

Mirow — Sim. Nós tivemos um oficial da Marinha que se candidatou a trabalhar em nossa empresa. Era um ex-comandante aposentado do Corpo de Fuzileiros Navais. Ele se propôs a vender equipamentos à Embratel. Ele se dizia, ele mesmo, ex-funcionário do Conselho de Segurança Nacional e começou a trabalhar e nós ficamos bem satisfeitos, inicialmente, porque, conseguimos vender para a Embratel.

Reporter — Foi ele que te apresentou a um cidadão chamado Robert Lentz Plassing?

Mirow — Sim. Disse que eu deveria conhecê-lo. Que nos recomendava muito — inclusive para serviços de relações públicas especiais. Como, por exemplo, reescalonar nossas dívidas para com o INPS.

Reporter — Você procuraram então este cidadão...

Mirow — Ele se propôs a reescalonar a dívida em 200 anos — uma proposta que aceitamos. E assinamos o acordo com o INPS. Para este fim, o Plassing, tinha nos imposto uma condição: viajar a Europa, visitar Roberto Campos, pedir uma carta de apresentação ao Roberto Campos e com esta carta de apresentação do Roberto Campos, reescalonar a nossa dívida.

Reporter — Vocês pagaram a viagem dele?

Mirow — Pagamos.

Reporter — Vocês tem esta carta?

Mirow — Tenho. Foi para o Jefferson — da Assessoria Econômica de Simonsen. Do próprio punho do Roberto Campos. Tenho a passagem, a hora do voo. Tenho tudo: foi num dia que havia lá em Londres uma corrida de Fittipaldi, no circuito de Silverstone.

SECRETARIA DE ESTADO
GABINETE DO MINISTRO
Doc. MJ-63 540/76

25 FEV 1977

1433

Com fundamento no Art. 54 do Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, determino a apreensão do livro "A DITADURA DOS CARTÉIS", de KURT ULRICH MIROW, Ed. Civilização Brasileira, bem como a suspensão de sua impressão, circulação, distribuição ou venda, no território brasileiro.

Dê-se ciência do presente despacho ao Exmo. Sr. Procurador-Geral junto à Justiça Militar, para as providências legais cabíveis.

Publique-se. —

Brasília 24 de fevereiro de 1977

ARMANDO FALCÃO

Ministro da Justiça

Reporter — Teu contato com o Plassing parou por aí?

Mirow — Não. Antes tinha havido no CADE — em 7 de julho de 1973, às 15 horas — uma tentativa de suborno de peritos do Cade feita por um senhor de nome Guilherme Ribas. Houve esta tentativa de suborno que me foi relatada na ocasião, imediatamente, pelos peritos. Em outubro houve uma alteração de uma perícia do CADE — uma perícia adicional, flagrantemente manipulada, que nós conseguimos saber depois que o Raja Gabaglia foi afastado do CADE por causa desta perícia. O SNI teria verificado que houve pagamentos ilícitos.

Reporter — Estes pagamentos teriam sido efetuados por quem? Você sabe?

Mirow — Não; por quem, não. Eu sei que foram pagos na agência Catete do Banco do Brasil. Essa mesma história me foi confirmada, agora, por uma pessoa totalmente desvinculada, que eu nem conhecia.

Reporter — O suborno era em função de que?

Mirow — Da alteração da perícia para conseguir a absolvição da Brown Boveri

Reporter — o sr. Plassing alguma vez se referiu a este suborno?

Mirow — Explicou ao João Stoltz e a mim como ele teria feito este suborno. Como ele teria, inclusive, se utilizado dos bons ofícios de ministros brasileiros para que este processo fosse arquivado.

Reporter — Ele falou isto para você?

Mirow — Falou para nós, em repetidas ocasiões, sem ser perguntado. Em 1975, quando ele estava se oferecendo a realizar para nós o serviço de reescalonamento da dívida com o INPS.

Reporter — Bem, em 1974 você viaja para os Estados Unidos. que acontece nesta viagem?

Mirow — A Siemens sabendo que eu iria aos Estados Unidos fez uma carta — em 11 de abril de 1974 — ao Departamento Federal de Cartéis da Alemanha,

dando instruções para o caso de eu ser ouvido pelo senador norte-americano Philip Hart. As instruções eram para o presidente do Departamento de Cartéis que deveria depor também nesta comissão do Senado norte-americano.

Reporter — Bem, como foi a viagem a Europa?

Mirow — Me roubaram o passaporte na Alemanha. Quiseram me inutilizar: o normal é quando alguém não tem passaporte não consegue viajar e reaver um passaporte brasileiro é uma complicação fantástica, leva meses. Só que o Consulado brasileiro em Hamburgo me deu um passaporte em questão de meia hora. Depois, eu viajei de maneira muito errática: sem avisar a ninguém do que eu estava fazendo. No dia 21 de maio eu estive na França, em Paris, e no dia 23 de maio, Frederico Heller, no Estado de São Paulo, publica meu roteiro de viagem.

Reporter — Um roteiro que nem tua família conhecia?

Mirow — Um roteiro arbitrário. Ninguém conhecia.

Reporter — Mas o Frederico Heller do Estado de São Paulo conhecia?

Mirow — Conhecia.

Reporter — Como?

Mirow — Isso é o que eu quero saber. Ele nunca me respondeu. Aliás, eu tentei, diversas vezes, falar com ele. Ele nunca me recebeu.

Reporter — Você não tem nenhuma idéia de como ele possa ter conseguido esse teu roteiro?

Mirow — Bem, sabe, eu tenho diversas matérias que ele escreveu sobre o nosso caso, me comparando inclusive com Lenine. O Plassing em certa ocasião — ele é muito aberto, fala com todo mundo — nos explicou, claramente, que o Frederico Heller era assalariado da Nestle, da Brown Boveri, da Siemens, da Sombra e mais algumas outras companhias, e que ele prestava serviços a elas e isso depois foi confirmado pelo Júlio Mesquita que tirou

ele de lá, considerando o problema do flagrante suborno do Frederico Heller.

Reporter — De lá onde?

Mirow — Do Estado de São Paulo. Aqui está um editorial do Heller: "Numa linguagem que lembra o cediço fraseado de autores como Lenine e Bukanine, insinua Mirow por exemplo que o Ministro das Minas e Energia nada entende de problemas energéticos, nem de comercialização de minérios. Até mesmo a Companhia Siderúrgica Nacional estaria submetida ao férreo controle das organizações (multinacionais). Se a campanha sustentada por Mirow fosse coroada de êxito..." e por aí vai. Bom ele publicou o meu roteiro de viagem. Depois, em 1976, o chefe de segurança da Siemens, na Europa, me confirmou que, de fato, por alguns anos eles fizeram o que eles chamam, discretamente, de uma "observação" para ver se os documentos que eu estava utilizando e que estavam em minhas mãos provinham de embaixadas orientais. Eles queriam verificar nas viagens, se eu estava visitando países orientais ou embaixadas orientais. Verificaram que eu não estava visitando essas embaixadas e aí ele me recomendou que eu fosse voluntariamente ao serviço de informação da Alemanha. Verlassungschutz, em Colônia, para que eles lá verificassem se eu era comunista ou não. Foi um quartel, todo envolvido em arame farpado, espécie de fortaleza, não é fácil entrar: uma porta, uma outra porta, te levam para uma sala separada...

Repórter — Como foi? Você chegou lá e disse: "Eu sou o Kurt Mirow"?

Mirow — Exatamente: "Eu queria me apresentar aqui por recomendação de fulano de tal; queria que vocês verificassem a minha vida toda e que a registrassem aqui, porque eu estou sendo acusado de ser comunista, conforme conceitos de editoriais de jornais brasileiros".

Reporter — E como eles reagiram?

Mirow — Muito gentilmente: parece que já tinham recebido instruções que eu não era comunista. Estive lá por uma meia hora. "Está tudo verificado, registrado. Não tem problemas nenhum, muito obrigado".

Repórter — Bem, enquanto isso o processo no CADE continuava correndo, pessoas sendo afastadas, etc?

Mirow — Ah, sim: são as coisas de praxe, normais. O conselheiro Olímpio de Abreu que também foi o relator do processo de averiguações preliminares contra a Brown Boveri - e que na ocasião recebeu telefonemas anônimos as duas horas da madrugada, até se queixou - não foi reconduzido ao CADE. Houve um assalto ao CADE...

Repórter — Ai esse processo foi julgado.

Mirow — Foi julgado. A Brown Boveri foi absolvida. O processo foi arquivado por falta de definição do conceito de "dumping", no Brasil. Embora eu tenha processado a Brown Boveri não por "dumping", mas por oscilação artificial de preços em detrimento da concorrência. Isto está previsto na lei. Eu cometi um erro, ao mencionar a palavra "dumping", uma vez, entre parêntesis, no processo. Valeu o parêntesis. Então, em 1975, março, entrei com uma representação contra o cartel todo e o CADE abriu novo processo. Agora, no dia seis, eles publicaram um edital na Europa chamando o pessoal que fugiu do Brasil: O Americano, da GE, o Jean Pierre Grether, da Brown Boveri, tem outro fulano da ASEA... Em seguida fui depor na CPI das Multinacionais, o Herbert Levi todo entusiasmado, deu declarações à imprensa que devia ser apurado aquilo. Fui lá, depus. Cinco horas e tanto. Numa sala no Congresso Nacional, em Brasília. Estava cheio: umas 50 ou 60 pessoas. O Alencar Furtado era o presidente, o Herbert Levi o relator. De volta ao Rio eu fui logo alertado: o Plassing, na ocasião, já teria acertado com o Herbert Levy que nada seria apurado numa CPI. Não ia dar em nada e, de fato, não deu. O relatório da CPI é conhecido: há dois relatórios contrastantes. O da Arena diz que não há abuso (de poder econômico) está tudo muito bem. E o do MDB que conclui que há motivos para preocupações no país. O Plassing disse que ele havia sido um dos coordenadores do movimento para que aquilo não desse em nada. Aliás o que me foi confirmado por outras pessoas. O Plassing prestava serviços a Brown Boveri, Nestlé, Siemens e GE. A Brown Boveri confirmou isso em depoimento no CADE. Quer dizer, o Oswaldo Balarin confirmou em depoimento no CADE, mas ninguém mais da Brown Boveri sabia, mesmo o departamento jurídico não sabia.

Repórter — Em seguida, você menciona que o Plassing havia recorrido ao Ministro da Justiça, para arquivar o processo contra a Brown Boveri.

Mirow — Exatamente. Esta história, o Plassing contou por três ou quatro vezes para o João Stoltz e para mim sem nós termos perguntado nada. Ele disse que, pouco antes do julgamento do CADE, ele teria feito uma reunião com o sr. Armando Falcão e conselheiros do CADE, no apartamento do sr. Armando Falcão, na Praia de Botafogo, visando arquivar esse processo que era considerado um processo subversivo, no CADE. Agora, eu não tenho provas disso.

Repórter — O Plassing também se dizia secretário do Ministro Golbery?

Mirow — Se dizia. Eles nos mostrou diversas vezes correspondência para o Ministro Golbery. Que ele Plassing estava enviando por malote especial ao Ministro Golbery.

Repórter — Isto podia ser forjado?

Mirow — Podia. Eu não tenho nenhuma prova disso.

Repórter — O Plassing mencionava também o coronel Álvaro Galvão?

Mirow — Esse eu conheci: ele veio nos visitar uma vez em companhia do Plassing e se apresentou como coordenador da agência central do SNI em Brasília e elemento de ligação com o Palácio do Planalto, no governo Medici. Seria um coronel da arma de Cavalaria.

Reporter — Ai, entra nessa história, o teu livro, "A Ditadura dos Cartéis".

Mirow — Eu já estava fazendo o livro. O Hélio Vianna tinha, contra a nossa vontade, entregue ao Plassing um dos originais do livro. Bem o Plassing me chamou — eu tinha voltado da Europa — e me deu uma impressão meio violenta dizendo que eu teria feito um erro muito grande ao fazer em conjunto com o Moniz Bandeira o livro "Cartéis e Desnacionalização". Ele já tinha assi-

nalado com uma esferográfica vermelha todos os pontos principais que ele achava que eu deveria retirar do livro. Inclusive eu gravei esse encontro e devo ter a fita.

Reporter — Bem ele mostrou os originais que tinham sido entregues a ele pelo Hélio Vianna. Você conhecia esses originais porque eles não tinham o nome da editora e porque eles tinham uma marca, da tua "Xerox"? Esse original é o mesmo que instaura o processo, ou melhor, informou o processo na 2ª Auditoria de Aeronáutica?

Mirow — Exatamente. É fácil de verificar porque eu fui alterando o livro no decorrer mesmo da composição, as páginas não conferem, nada confere.

Reporter — Isso foi quando? O que você respondeu a ele?

Mirow — Junho de 1976. Eu disse a ele também que eu já tinha assinado um contrato com as Nações Unidas, para publicar grande parte desse livro e já tinha recebido o dinheiro, já tinha entregue o texto e que eu não veria inconveniente nenhum em publicar o livro no Brasil. Eu publico. Quem quiser contestar que conteste.

Reporter — Houve alguma ameaça além da exigência?

Rio de Janeiro, 06 de julho de 1977.

Exmo. Sr.

WALTER DA COSTA PORTO
M.D. Chefe de Gabinete do
Exmo. Sr. Ministro da Justiça
Ministério da Justiça

BRASÍLIA-DF.

Ref.: MJ 63.540-76
Livro "A DITADURA DOS CARTEIS",
apreendido em 24/02/1977.

Prezado Senhor,

Referindo-me ao livro supramencionado, de minha autoria, apreendido em 24 de fevereiro 1977, desejo comunicar que, analisando os autos públicos de denúncia apresentada pelo Exmo. Sr. Procurador Militar, Dr. Milton Menezes à 2a. Auditoria da Aeronáutica, constatei os seguintes fatos:

1. DENÚNCIA DO EXMO. SR. PROCURADOR MILITAR, DR. MILTON MENEZES

A denúncia apresentada contra mim, autor do livro "A DITADURA DOS CARTEIS" se baseia em uma minuta inicial do livro, que, inclusive possui outro título. A versão final do livro, editada após longos debates procedidos com os mais renomados especialistas internacionais em questões de abuso do poder econômico, apresenta-se bastante diferente da minuta inicial, na qual se baseou o Exmo. Sr. Procurador Militar, Dr. Milton Menezes, para enquadrar-me em dispositivos da Lei de Segurança Nacional.

2. ROUBO DE MANUSCRITO

A minuta do livro evidentemente caracterizada, na qual se baseou a apreensão e o pedido de enquadramento de minha pessoa em dispositivos diversos da Lei de Segurança Nacional, fora em junho de 1976, roubada de meu escritório por um cidadão de nome Robert Lentz Plassing, assistido por um Coronel reformado, de nome Alvaro Galvão, ambos da Empresa Consultores Industriais Associados, do Rio de Janeiro, sito à Av. Passos 122, sala/1606 - Rio de Janeiro, Telefone: 243-0242.

3. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS ESPECIAIS

As empresas Consultores Industriais Associados e Intelligence Service Agency prestam serviços de relações públicas especiais a empresas multinacionais como Indústria Elétrica Brown Boveri S.A. e Nestlé Produtos Alimentícios S.A., tudo de acordo com depoimento prestado pelo Sr. Oswaldo Balarin, Presidente de ambas as empresas, ao CADE-Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Orçã

Mirow — Bem, as ameaças foram constantes. Ele sugeriu que poderia haver explosões de bombas e outras coisas nos nossos escritórios e apartamentos. Ele disse — em tom de conselho — que essas coisas "desagradáveis" poderiam acontecer. Ele disse que as companhias não teriam escrúpulos, para agir com violência. Que elas estariam acostumadas a isso. E, em 15 de outubro de 1976, houve então, numa sexta-feira, às quatro e meia da tarde uma tentativa de apreensão dos manuscritos originais na Editora Civilização Brasileira por um choque armado da Polícia Federal. O Enio Silveira me telefonou — agora, o que o Enio Silveira não sabia é que embora o livro já estivesse na gráfica, para compor, às 15 horas daquele dia eu tinha me acertado com a gráfica e tinha retirado de lá os originais, contra a orientação geral da editora que não permite que os livros sejam retirados sob qualquer pretexto. Eu havia voltado da Alemanha e havia trazido uma série de documentos que eu queria acrescentar no livro. Guardei num lugar seguro e, de manhã, fui para a fábrica e tirei mais seis jogos. Na segunda-feira, era um feriado, eu fui com os originais na polícia, ao Wilson Queiroz e o coronel Luchsinger. O pessoal foi muito gentil lá. Eu disse: "está aqui". "Não" — disseram eles — "não era para apreender os originais, era só para comprar um livro"

Reporter — Bem, entre uma coisa e outra, houve uma bomba na Civilização Brasileira.

Mirow — Ah, sim. O Plassing tinha nos explicado antes, em abril, como é que funcionariam essas bombas: jamais causariam vítimas, só danos materiais mais intimidatório. Ele disse que tinha muita experiência nesse setor porque foi ele que, em conjunto com o Boilesen, teria organizado a OBAN particular em São Paulo.

Reporter — Ele diz isso?

Mirow — Sim. Ele diz, claramente. Isso me foi confirmado agora em Brasília.

Reporter — Quais são as outras coisas parecidas com estas que ele diz?

Mirow — Ele diz que tem "know-how" e nos propôs colocar uma bomba na General Electric.

Repórter — Além de ter sido o elemento de ligação entre vocês e o Plassing, parece que o Hélio Viana já foi para a tua empresa para te prejudicar?

Mirow — Foi. E, ao mesmo tempo, nós tínhamos uma encomenda muito grande da Embratel, que até hoje não foi paga e cuja venda foi realizada por ele. Isso quase nos leva à falência: oito milhões de cruzeiros, hoje em dia. E praticamente todas as empresas nacionais que, por intermédio dele conseguiram encomendas, não foram pagas. A Transmatic, agora, teve que ser entregue a Standard Elétrica. A Induco teve um prejuízo de 16 milhões de cruzeiros, foi publicado em balanço.

Repórter — Tudo com a Embratel?

Mirow — Tudo com a Embratel. Bem, aí eu entrei com um mandado de segurança contra a apreensão do livro - em março de 1977. Bem, antes, a Siemens me escreve uma carta da Alemanha exigindo que eu não publicasse o livro (lendo a carta): "A sua maneira de relatar nos deu a impressão que não lhe interessa apresentar o problema de maneira objetiva mas sim de criar emoções... Nós acreditamos que um leitor crítico encontrará falsas todas as suas conclusões... Mas exigimos de V.Sa. com esta carta agora de desistir da publicação do manuscrito.. Bem, no dia do julgamento do mandado de segurança, contra a apreensão do livro, me foi comunicado em Brasília que eu estava sendo processado como incurso na Lei de Segurança Nacional, em função do livro, por indispor a opinião pública contra as autoridades constituídas. Então nos perguntaram se nós concordávamos em aguardar o julgamento militar. Como ainda não havia sido concedido nenhum mandado de segurança em livro, nós ficamos na dúvida. Tivemos 10 segundos para decidir. Nós concordamos. O que foi um erro: nós teríamos ganho o mandado de segurança. Conforme soube depois.

Repórter — Vocês concordaram em suspender o julgamento do mandado até que fosse resolvida a questão do seu enquadramento na Lei de Segurança?

Mirow — Exatamente. Porque não havia crime, não havia processo, não havia nada, nós ganharíamos. Eles falaram abertamente sobre isso. Em seguida nosso advogado viajou para a Bahia e morreu. Mas isso não tem nada a ver com o processo. Comeu um queijo e pegou leptospirose e morreu. Nós contratamos outro advogado: Tício Lins e Silva - muito bom. Aí, a denúncia para o meu enquadramento na Lei de Segurança Nacional veio para o Rio: o primeiro procurador se negou a enquadrar foi afastado. O segundo procurador se negou a enquadrar: entrou em férias. E aí, veio uma denúncia pronta de Brasília para que o terceiro e último procurador enquadrasse: o procurador assinou e entrou em férias.

Repórter — O que instrumentava essa denúncia era o mesmo manuscrito que o Plassing havia te mostrado e assinalado com caneta esferográfica vermelha?

Mirow — Era o mesmo.

Repórter — Porque o processo foi instaurado baseado no manuscrito e não no próprio livro?

Mirow — Burrice. É que, como os procuradores aqui, se negaram a abrir o processo, veio a denúncia pronta de Brasília. E, lá, eles só tinham uma cópia do manuscrito e não o livro. E como foram preguiçosos não tiveram o trabalho de mandar vir o livro para verificar. Estavam com pressa. Bem, depois houve mais uma dessas coincidências: o livro que foi para a Auditoria, foi errado. Os livros tem sempre esses cadernos, mas nesse caso, tem um caderno duplo e falta um.

Repórter — Falta o que?

Mirow — Justamente aqueles trechos pelos quais eu fui enquadrado! Ninguém se deu ao trabalho de olhar!

Repórter — Como foi o teu comparecimento à 2ª Auditoria da Aeronáutica?

Mirow — Fui chamado para o interrogatório e a TV alemã quis filmar aquilo. O juiz pela primeira vez em muitos anos colocou uma toga. E eu cheguei lá com quatro carregadores portugueses e 200 quilos de documentos e livros. Para discutir na hora, lá, os trechos do livro. Eu estava disposto a discutir nota por nota de pé de página com documentação em mão. Mas eles só pediram que eu fizesse a prova da verdade de uns poucos trechos. Eles me enquadraram por eu ter transcrito no livro os trechos de confissão de corrupção feitos pela General Electric no Security Exchange Commission e no CADE, sobre o problema das locomotivas. E eu nada mais fiz do que entregar os originais para eles: a confissão do suborno. Então eles queriam saber quem foi subornado. Bem, pera aí, o livro diz que pagou. Perguntem a quem pagou. Não é minha função dizer quem recebeu. Por todos os trechos pelos quais eu fui enquadrado eu juntei lá umas 400 folhas de "Xerox". E, aí, surgiu um fato muito curioso: entre os dias 5 e 10 de setembro o Manoel da Costa Santos fez uma visita ao Carlos Frias Rocha, da Folha de São Paulo, em São Paulo e exige dele que nada mais fosse publicado pela Folha sobre meu nome, processo no CADE e apreensão do livro. Parece que o Frias se negou a acatar essa sugestão do Manoel da Costa Santos. Bem, como o Manoel da Costa Santos, por intermédio do Bonfiglioli, tinha intercedido uma vez junto a TV Bandeirantes (durante um ano e meio eu fui vetado lá) para que nada mais fosse noticiado sobre o cartel da indústria elétrica, eu fiz uma carta ao sr. Manoel da Costa Santos, em São Paulo, agradecendo a interferência dele visando ao cerceamento da liberdade de pensamento e expressão no Brasil. No fim, desta pequena carta, eu mencionava que, já que não estava bem elucidada a questão do roubo do manuscrito eu tomava a liberdade de juntar esta carta ao meu processo na Auditoria.

Bem a decisão foi por quatro votos dos militares contra o do juiz auditor (civil).

Repórter — Isso é um fato inédito.

Mirow — E. E o juiz entrou em férias e aposentou no dia 20 de outubro. O meu foi o último processo dele. Depois, o novo Conselho - que teve que apreciar novamente o processo, chegou à mesma conclusão. O Conselho muda a cada três meses e eles tem que fazer nova sessão para remeter o processo de volta à Brasília.

Repórter — Como está tua situação jurídica frente a este processo?

Mirow — Minha situação jurídica é que eu fui absolvido. E a procuradora está tentando me enquadrar novamente. No decorrer da decisão ele acha que nós criamos um precedente jurídico muito perigoso: um pedido de incompetência, aceito, pode funcionar como um habeas corpus por pus. Podemos, assim instituir um habeas corpus pela porta dos fundos. O Superior Tribunal Militar deve julgar isto, esperamos que antes do Natal. Parece que não estão interessados que o livro alemão saia com bandeirantes: "Leitura proibida para brasileiros, portaria número tal do Ministro da Justiça, Armando Falcão, datada de 24 de fevereiro de 1977"

Exmo. Sr. Walter da Costa Porto
M.D. Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Justiça

do Ministério da Justiça.

4. ATOS VIOLENTOS

Por diversas vezes os Sr. Robert Lentz Plassing ameaçou membros da diretoria das empresas HERM. STOLTZ S.A. e "CODIMA" Máquinas e Acessórios S.A., ambas de capitais nacionais, com atos violentos, caso prosseguissem os nossos trabalhos de tornar público procedimentos predatórios praticados por empresas multinacionais, sócias da IEA-International Electrical Association, Cartel Internacional da Indústria Elétrica. Considerando a gravidade das ameaças, as registramos em órgãos brasileiros, bem como apresentamos protestos oficiais às casas matrizes e aos respectivos governos dos países de origem das companhias envolvidas.

5. USO INDEVIDO DE NOME DE MINISTROS DE ESTADO

Desejo ainda comunicar à V.Excia. que os Srs. Robert Lentz Plassing e Alvaro Galvão, utilizam-se constantemente do nome de diversos Ministros de Estado a fim de tentar conferir credibilidade às suas atividades.

Considerando basear-se a apreensão do livro em minuta roubada, não publicada, desejo pleitear desde já, seja liberado o livro para circulação pública, poupando-me assim, o constrangimento de como brasileiro, ver um livro de minha autoria proibido no Brasil, circular livremente em outros países.

Sem mais, firmo-me,

Atenciosamente

KURT RUDOLF MIROW
Av. Presidente Vargas, 409 - 229-RJ.



Texto e fotos de Miguel Furtado



Durante o inverno, no pampa gaúcho, os animais que se deitam à noite não conseguem mais levantar-se. É que pelo frio suas pernas ficam dormentes e enrijecidas. Estão vivos e presos pelo seu próprio peso. Se o peão gaúcho não localiza rapidamente este animal, ele é morto pelas aves de rapina que o comem vivo.

Rio de Janeiro, dezembro de 1977. Confluência das ruas México com Araújo Porto Alegre, centro da cidade. Um senhor de terno e gravata viu que, do outro lado da rua, cinco ou seis pessoas abatiam um jovem negro. Outras pessoas, neste final de tarde, paravam para assistir à cena.

O senhor de terno atravessa a rua em direção ao crioulo que estava abaixado, quase de joelhos. O senhor apura o

passo. O rosto do crioulo estava voltado para o chão, fugindo de uma maleta 007 que lhe batia furiosamente. O senhor apura ainda o passo. O rosto está a meia altura. Perfeito. O senhor corre e dá uma joelhada nesse rosto desconhecido e sem proteção. O crioulo rodopiou e caiu no chão. As pessoas que olhavam a cena correram e caíram em cima do crioulo. Mata. Lincha. Porrada.

- O que foi que ele fez? - perguntou o fotógrafo.

- Não sei - respondeu alguém que disputava um lugar para dar a sua.

O crioulo levantou e correu para qualquer lugar. Entrou no estacionamento do Ministério da Justiça. O estacionamento é fechado. Dezenas de carros aí fazem do ambiente um labirinto com estreitas e incômodas passagens. Estava acuado.

As pessoas surgiam por to-

dos os lados. Os cinco ou seis transformaram-se em cem ou duzentos. Infiltraram-se rapidamente por entre os carros. Cercaram o crioulo. Estava ali preso só. Imensamente desamparado. Apanhou, gritou, chorou, rolou pelo chão, sangrou gemeu. Uma mulher o abraçou e o protegeu. Foi afastada violentamente e uma cotovelada na cara marcou o reinício da operação.

Alguns guardas de segurança tentam agora agarrá-lo. Apanham junto. Um guarda puxa o revólver e a multidão se dispersa. Carregam o crioulo para dentro do prédio. Tomaram da multidão a presa preciosa.

O negro culpado. Culpado de todas as frustrações e medo dessa multidão que agora se dispersa e procura a condução para a casa.

- O povo brasileiro é adverso à violência por índole.

